

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17539>

## DOSSIÊ

### Novo padrão de divisão regional do trabalho no Brasil no primeiro quarto do século XXI

*Marcio Pochmann\**

*Luciana Caetano da Silva\*\**

*Angela Welters\*\*\**

*Fabiana Scoleso\*\*\*\**

*Miguel Huertas Neto\*\*\*\*\**

#### Resumo

O presente estudo trata das principais características do novo padrão de divisão regional do trabalho em curso no Brasil no primeiro quarto do século XXI. Para isso, considera a estrutura ocupacional nas grandes regiões geográficas a partir de uma breve visão panorâmica, combinando uma perspectiva histórica com a análise de mudanças recentes na estrutura produtiva. Na nova configuração do mercado de trabalho nacional, no contexto do capitalismo 4.0, o excedente de mão de obra nos estados periféricos tem sido maior do que a população ocupada com remuneração.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Desigualdade regional – Brasil.

**JEL:** E20, J21, J46, J70, J82.

\* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3940-1536>

E-mail: [mrcpochmann@gmail.com](mailto:mrcpochmann@gmail.com)

\*\* Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5100-4405>

E-mail: [luciana.silva@feac.ufal.br](mailto:luciana.silva@feac.ufal.br)

\*\*\* Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8725-9881>

E-mail: [welters@ufpr.br](mailto:welters@ufpr.br)

\*\*\*\* Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.

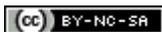
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3519-4592>

E-mail: [fscoleso@uft.edu.br](mailto:fscoleso@uft.edu.br)

\*\*\*\*\* Doutorando no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6848-6641>

E-mail: [miguelhuertasneto@gmail.com](mailto:miguelhuertasneto@gmail.com)



## New pattern of regional division of labor in Brazil in the first quarter of the 21st century

### Abstract

This study deals with the main characteristics of the new pattern of regional division of labor underway in Brazil in the first quarter of the 21st century. To this aim, it considers the occupational structure in the major geographic regions from a brief panoramic viewpoint, combining a historical perspective with the analysis of recent changes in the productive structure. In the new configuration of the national labor market, in the context of capitalism 4.0, the oversupply of labor in the peripheral states has been greater than the employed population with remuneration.

**Keywords:** Labor market; Regional inequality – Brazil.

## Nuevo patrón de división regional del trabajo en Brasil en el primer cuarto del siglo XXI

### Resumen

Este estudio aborda las principales características del nuevo patrón de división regional del trabajo en curso en Brasil en el primer cuarto del siglo XXI. Para ello, considera la estructura ocupacional en las principales regiones geográficas a partir de una breve panorámica, combinando una perspectiva histórica con un análisis de los cambios recientes en la estructura productiva. En la nueva configuración del mercado de trabajo nacional, en el contexto del capitalismo 4.0, el excedente de mano de obra en los estados periféricos ha sido superior a la población ocupada con remuneración.

**Palabras clave:** Mercado laboral; Desigualdad regional – Brasil.

## Nouveau modèle de division régionale du travail au Brésil dans le premier quart du XXI<sup>e</sup> siècle

### Résumé

Cette étude aborde les principales caractéristiques du nouveau modèle de division régionale du travail en cours au Brésil au cours du premier quart du XXI<sup>e</sup> siècle. À cette fin, elle examine la structure professionnelle dans les principales régions géographiques à partir d'une brève vue d'ensemble, en combinant une perspective historique avec une analyse des changements récents dans la structure productive. Dans la nouvelle configuration du marché du travail national, dans le contexte du capitalisme 4.0, l'excédent de main-d'œuvre dans les États périphériques a été supérieur à la population employée rémunérée.

**Mots-clés:** Marché du travail; Inégalité régionale – Brésil.

## Introdução

As informações preliminares do Censo Demográfico 2022 parecem confirmar a inédita transição demográfica em curso no Brasil desde o final do século passado. Para, além da desaceleração no crescimento populacional acompanhada da alteração na composição etária, sexual e educacional dos brasileiros, pode-se constatar também os impactos decorrentes da mudança de trajetória na economia nacional.

Neste primeiro quarto do século XXI, por exemplo, o Brasil apresenta um conjunto de sinais que aponta para o rebaixamento de sua participação na Divisão Internacional do Trabalho. Em grande medida, resultado direto do deslocamento da condição de economia industrializada, complexa, integrada e articulada até os anos de 1980 para a crescente especialização produtiva ancorada na associação do rentismo financeiro com o modelo primário-exportador nos dias de hoje.

Seus múltiplos efeitos para a situação do trabalho no Brasil não deixaram de se manifestar. Com o deslocamento do eixo econômico assentado no mercado interno para a integração financeirizada nas cadeias globais de produção enquanto ofertante de *commodities* emergiu outro padrão de divisão regional do trabalho no país.

Por conta disso, o presente estudo busca externar uma breve visão panorâmica a respeito da situação do trabalho nas grandes regiões geográficas durante a segunda década do século XXI. Antes disso, contudo, discorre-se sinteticamente sobre as principais características constitutivas do novo padrão de divisão regional do trabalho no Brasil.

3

### 1. Padrões de divisão regional do trabalho no Brasil

Desde antes do fim da Guerra Fria (1947-1991) até a crise financeira global de 2008, as condições pelas quais o Norte Global governava o mundo passaram a ser gradualmente alteradas. As reações tomadas pelos Estados Unidos a partir do término da conversibilidade do dólar ao ouro (1973), da derrota militar na Guerra do Vietnã (1975) e da instabilidade política energética (petróleo) gerada pela revolução iraniana (1979) buscaram, em geral, suavizar o movimento posto em marcha de relativa decadência hegemônica mundial.

O avanço da globalização conduzida pelos ditames do Consenso de Washington (1989) questionou as políticas dos Estados nacionais, concomitante com a abertura da via impositiva dos interesses econômicos das grandes corporações transnacionais, especialmente estadunidenses. Mais uma vez, o sentido da monopolização capitalista favoreceu a consolidação das cadeias globais de valor dominadas pela dinâmica do capital financeiro.

Tudo isso terminou por interromper o período da desglobalização (1914-1979) que havia viabilizado quase três décadas de ouro do capitalismo organizado no segundo Pós-Guerra Mundial (1939-1945). Mesmo assim, não se mostrou suficiente para deter o avanço do deslocamento do centro dinâmico mundial do Ocidente para o Oriente.

A reestruturação produtiva posta em marcha acelerada no interior do centro dinâmico mundial repercutiu rápida e profundamente nas regiões e países periféricos que passaram a se reposicionar na Divisão Internacional do Trabalho. Na América Latina e Caribe, mais especificamente no Brasil, a perda de dinamismo do mercado interno foi sendo ocupada por crescente dependência de divisas a serem obtidas através do comércio externo.

Nesse contexto internacional, a antiga condição de periferia latino-americana e caribenha dos Estados Unidos foi se transmutando para a crescente dependência à economia chinesa. De primeira parceira comercial à grande impulsionadora de investimentos em infraestrutura e na aquisição de empresas nacionais, a China assumiu posições que, no passado longínquo, os países latino-americanos e caribenhos detinham da Inglaterra desde os movimentos de independência nacional no início do século XIX e, mais recentemente, dos Estados Unidos ao longo do século XX.

Com isso, a trajetória histórica do subdesenvolvimento na região atrelada à dependência externa financeira, tecnológica e de produção e comércio de bens de maior valor agregado terminou se agravando com a globalização. De acordo com a forma com que cada país ingressou na segunda onda da globalização capitalista iniciada ainda nos anos de 1980, diferente da primeira onda liderada pela Inglaterra entre 1815 e 1914, a soberania dos Estados nacionais na região sofreu maior ou menor erosão.

Isso porque o processo de acumulação de capital crescentemente conduzido pela grande corporação transnacional passou a estar sob o comando da esfera financeira, o que impactou direta e indiretamente a divisão espacial do trabalho. Com estrutura patrimonial centralizada pelo capital financeiro, a atuação econômica descentralizada de atividades, funções e locais se tornou um valioso mecanismo de competição mundial e absorção de excedente pela grande corporação transnacional.

Dessa forma, parcela importante da região e países periféricos se submeteu aos esforços internos da promoção competitiva de condições mais favoráveis à atração de capitais externos. A economia brasileira, neste sentido, parece ter se conformado a essa trajetória desde 1990, com a opção governamental de conduzir o ingresso passivo e subordinado à globalização.

O processo de abertura econômica, produtiva, financeira e comercial afetou decisivamente a trajetória de conformação da cidadania social e trabalhista regulada e

fundada na sociedade do trabalho assalariado iniciada pela Revolução de 1930. Diante da atração competitiva de capitais externos assentada em bônus financeiro propiciado por altas taxas de juros, as condições internas de produção e trabalho foram se tornando cada vez mais insuportáveis.

As saídas encontradas pelo patronato interno se resumiram à metamorfose da própria burguesia industrial. De um lado, a desmobilização do capital produtivo seguiu a conversão em ativos financeiros estimulados por taxas de juros reais acima de qualquer pretensão de ganhos produtivos, o que permitiu operar a ciranda fictícia de atualização do estoque de riqueza velha depositado nos bancos.

De outro, a transição do antigo patronato industrial para o comercial importador. Assim, a manutenção de parte das fábricas ainda em operação no Brasil se mostrou possível através da substituição da produção interna por importados.

Os ganhos se mostraram extraordinários toda vez que resultam da aquisição barata no exterior e da venda interna cara das mercadorias montadas na forma de maquiladoras. Mas para isso, a valorização artificial da moeda nacional se tornou fundamental, concretizando a substituição da produção de manufaturados nacionais por importados, sobretudo aqueles de maior valor agregado e tecnologicamente avançado.

Em resumo, Brasil enfrenta o esvaziamento de sua soberania, tendo regredido em sua participação na Divisão Internacional do Trabalho, ao depender da especialização da produção local de *commodities*, com menor valor agregado, conteúdo tecnológico e ocupação. Sem isso, contudo, deixa de poder importar os bens e serviços de que necessita, justamente aqueles de maior valor agregado, conteúdo tecnológico e ocupação.

O movimento geral de financeirização da riqueza e seus desdobramentos associados à troca da produção nacional por importados levou à desindustrialização e ao retorno do modelo primário-exportador. A especialização produtiva que se mostrou caudatária da reprimarização da pauta de exportação afetou significativamente a economia nacional, especialmente as regiões Norte e Centro-Oeste.

A passagem do antigo sistema produtivo complexo, integrado e articulado vigente até os anos de 1980 para uma economia com predominância na produção e exportação de *commodities* na atualidade levou ao rebaixamento da posição relativa do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. Da mesma forma, a divisão interna do trabalho no território nacional repercutiu desfavoravelmente, com a ampliação da presença da população excedente e subutilizada, cada vez mais submetida ao inchamento das atividades de baixíssima produtividade na economia popular e de subsistência.

Diante do enfraquecimento da centralidade da relação de trabalho assalariado e regulado, diversas tentativas governamentais nas últimas três décadas apontaram para a gestão moral do processo de empobrecimento relativo da população. O processo de garantia de renda orçamentária à crescente massa social sobrando do modelo de capitalismo rentista e primário-exportador permitiu que a parcela de brasileiros vivendo de recursos públicos saltasse de menos de 3% do total da população, em 1985, para cerca de 40% em 2020.

Nessas condições de aprofundamento do subdesenvolvimento, com inegável incapacidade do atual modo de funcionamento capitalista gerar empregos de qualidade a todos, a classe trabalhadora foi sendo transformada profundamente. Em pleno avanço para a Era Digital, a monetização das redes sociais por grandes corporações transnacionais estimulada pelo processo de "datificação" da economia abriu novos horizontes ocupacionais contaminadas pela presença do fanatismo religioso e o banditismo social.

A emergência de um novo sistema jagunço urbano, distinto do passado do capitalismo nascente no Brasil, conforme descrito por Euclides da Cunha (*Os sertões*, de 1902) e Guimarães Rosa (*Grande sertão: veredas*, de 1956), encontra no excedente populacional atual, sobretudo situado nas regiões litorâneas, as condições favoráveis para a sua reprodução. Outrora, base produtiva moderna, constituída pelo sistema econômico industrial, as regiões litorâneas seguiram mais recentemente expostas ao ritmo econômico estagnante da renda *per capita*, com empobrecimento relativo de suas populações e a forte presença do desemprego aberto e da subutilização da força de trabalho.

Por outro lado, o eixo econômico mais dinâmico que se interiorizou no país através da produção e exportação de bens primários tem prevalecido a contida absorção de mão de obra, com forte concentração de renda e baixa conexão com a economia nacional. Assim, o que se apresenta moderno economicamente no espaço geográfico nacional, assume a forma próxima a de enclave, própria de um neocolonialismo à espreita.

Na marcha atual a reconfigurar a condição de periferia do Ocidente para periferia do Oriente, o Brasil parece consolidar outro padrão de divisão regional do trabalho. A seguir, recupera-se sinteticamente os traços marcantes do trabalho nos padrões regionais anteriores como forma de melhor evidenciar a realidade atual do mundo do labor no Brasil.

### **1.1. O arquipélago de enclaves e o mercado de trabalho em formação**

Até a década de 1920, quando prevaleceu o modelo econômico primário-exportador ao longo da primitiva sociedade agrária não havia mercado de trabalho nacional. A gradual transição para o capitalismo no Brasil teve início na metade do século XIX com o fim do tráfico negreiro (1850) e a institucionalização do direito de propriedade (lei de Terras, 1850), do Estado como regulador dos contratos entre as partes nos mercados (Código

Comercial, 1850) e da Bolsa de Valores criada no Rio de Janeiro (1849) em organização dos grandes negócios privados e acionários.

Mas somente após duas décadas de significativa luta social pela abolição da escravidão (1868-1888) que o trabalho forçado cedeu lugar ao início da funcionalidade central do mercado de trabalho livre ao capitalismo nascente. Após meio século de existência, o emprego do trabalho livre em atividades tipicamente capitalistas no Brasil não ainda era majoritário, conforme revelou o Censo Demográfico de 1940.

Além disso, cada região geográfica dispunha de realidades muito específicas que destoavam da convergência nacional. Tanto assim que o salário-mínimo nacional, quando foi criado, em 1940, possuía, por exemplo, 14 níveis distintos de valores que variavam entre 240 mil réis e 90 mil réis, conforme a situação de cada região. Ou seja, a diferença de até 2,7 vezes entre o maior e o menor valor da remuneração mínima imposta ao patronato pelo poder público para o emprego assalariado formal.

Ao país de passado escravista, a herança colonial das antigas capitanias hereditárias demarcou a unificação e a constituição de uma nação de dimensão territorial continental operada originalmente na forma de arquipélago geográfico de feitorias – transformadas, posteriormente, em enclaves econômicos – a mobilizar mercados regionais de trabalho ao final do século XIX. Em mais de três séculos de colonização portuguesa, a unidade política e econômica que geograficamente se configurava era frágil.

Mesmo sob o uso generalizado do trabalho escravo, a administração colonial não era única. As capitanias do centro-sul seguiam a orientação do vice-rei situado em Salvador até 1763 e, posteriormente, no Rio de Janeiro, enquanto as demais capitanias do Norte e Nordeste estavam mais vinculadas diretamente a Lisboa.

A separação por longas distâncias terrestres, sem estradas adequadas e riscos de segurança da época, tornava a interligação entre o Norte e Sul dependente do transporte marítimo. Acontece que a grandiosa costa Atlântica apresentava correntes marítimas mais favoráveis à navegação entre as capitanias do Maranhão e Grão Para com Portugal que as demais capitanias da colônia lusitana.

Tanto assim que o tráfico negreiro se concentrava nos portos de Salvador e do Rio de Janeiro, pois havia facilidade com as correntes marítimas que contribuía no deslocamento para o continente africano. Ao contrário do tráfico negreiro conduzido a partir da Europa (Inglaterra, França, Holanda) que operava de forma triangular entre os continentes americano e africano, o comércio de escravos realizado na colônia portuguesa e encadeado pelo Império do Brasil, era somente bilateral com o continente africano, indicando menor custo e maior rentabilidade para os traficantes da época.

Tanto assim que a fartura da oferta abundante de escravos africanos permitiu o ineditismo mundial da generalização da escravidão moderna ter sido adotada em praticamente todas as atividades demandantes de trabalho. Desde o clero com padres e conventos, ademais da realeza monárquica e nobreza e senhorio proprietário de terras, a escravidão se estendia da lavoura à casa grande.

Para além do trabalho forçado no campo, o aparecimento das cidades contemplou o amplo uso de escravos. O Rio de Janeiro, em 1850, com cerca de 250 mil habitantes, registrava 110 mil escravos africanos, o que equivalia a quase 45% da população total.

Embora já houvesse sinais de escravidão tanto entre os índios residentes na costa do Atlântico, conforme a experiência dos Tupinambás, como na África, conforme o caso dos Malês, a ideia do trabalho se irradiou como algo inferior. Desde a colonização lusitana que o desprestígio social e político dos que trabalham impunha a sua realização por outros (indígenas, africanos e imigrantes brancos após a abolição da escravatura).

Casos estranhos como escravos de ganho ou de aluguel nas cidades, ex-escravos libertos com a posse de escravos, o trabalho escravizado em quilombos, como em Palmares, entre outros, indicaram o quanto a noção de trabalho na sociedade agrária era rebaixada, considerada uma espécie de castigo aos inferiores. Apesar disso, o povoamento das regiões geográficas ocorreu com alguma diferenciação na identificação laboral como na região norte com importante presença da miscigenação indígena e na região sul motivada pela miscigenação da imigração europeia.

Ainda assim, a fundação da nação demarcada pela conquista da autonomia política pelo nascimento do Império do Brasil, o maior em extensão de terras no início do século XIX, seguiu assentada no latifúndio monocultor e na escravidão. Sob a prevalência da unidade nacional, o país teve ampliada ainda a sua extensão geográfica com diversos tratados realizados com países vizinhos na fixação dos limites territoriais nacionais.

Mesmo com a centralização política e administrativa do Império, o padrão fragmentado territorial prevaleceu com frágil e escassa integração territorial entre as distintas províncias. No século XVIII, ainda sob o período colonial ocorreu o avanço da mineração em parte da região Sudeste (Minas Gerais) e Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso), o que permitiu certo afrouxamento local na escravidão e importante mobilidade geográfica entre a população atraída pela corrida do ouro.

Também na economia cafeeira que se alastrou com a instalação da República ao final do século XIX, o fim da escravidão com solidou a passagem para o modo de produção capitalista. Com isso, a interligação das regiões com o Sudeste se fortaleceu, embora a predominância do Estado mínimo liberal na República Velha (1889-1930), combinada com a

descentralização da política dos governadores, manteve distante a viabilidade de projeto político de integração nacional.

Dessa forma, o arquipélago geográfico nacional permaneceu submetido à dinâmica dos enclaves de natureza econômica em conexão com o exterior. Ao estar mais voltado à dinâmica de fora do país, próprio do modelo econômico primário-exportador, o mercado interno crescia pouco, contando com enorme massa sobrando da população aos requisitos do capitalismo nascente.

Enquanto a menor parcela da força de trabalho era orgânica ao capital, empregada assalariada em enclaves de exportação de *commodities*, a maior parcela da população se mantinha inorgânica ao capitalismo da época. As atividades de baixíssima produtividade na economia popular nas cidades e de subsistência no campo a abrigar a população sobrando sofreu importante transformação com a Revolução de 1930, impondo outro padrão de divisão regional do trabalho.

## **1.2. A integração regional articulada ao sistema econômico industrial e ao mercado de trabalho nacional**

Um segundo padrão de divisão regional do trabalho no Brasil se estabeleceu entre as décadas de 1930 e 1980 demarcadas pela progressiva redução do papel das exportações na determinação da renda interna, cada vez mais acelerada pelo protagonismo da industrialização e urbanização nacional. Na superação da antiga noção de ocupação do espaço geográfico na forma de arquipélago geográfico de regiões emergiu da integração regional para além da articulação comercial, pois comprometida com a urbanização e diversidade das atividades produtivas no território nacional.

O sentido da homogeneização do espaço econômico nacional refletiu o movimento maior de modernização capitalista. Ainda que conservador na maior parte do tempo, o processo de acumulação do capital assumiu especificidades constitutivas das grandes regiões geográficas, próprias da concentração e centralização do capital.

Em plena dominância da lógica da produção de mercadorias manufaturadas e sua comercialização no mercado interno ocorreu a conformação da estrutura de classes, as lutas e conflitos sociais. Alterou, assim, a relação entre as áreas litorâneas e o sertão, concebido originalmente enquanto interior do território nacional composto por áreas despovoadas e caracterizadas pela inércia e resistência à mudança no tempo.

Isso porque a dinâmica regional foi submetida à integração do mercado interno constituído pela diversificação produtiva e motivada pelo salto econômico proveniente da industrialização e urbanização nacional. Mas isso não deixou de ocorrer sem que houvesse simultaneamente uma forte concentração econômica e populacional na região Sudeste.

Em especial, o estado de São Paulo foi o grande beneficiário, assumindo a posição de centro dinâmico nacional em relação às demais regiões consideradas periféricas. A viabilidade do modelo econômico nacional de substituição de importações instalado na década de 1930 pressupunha interromper – inicialmente – a autonomia das compras externas realizadas pelos estados da federação que tiveram de adquirir crescentemente bens e serviços industriais produzidos desde São Paulo.

Em compensação, o estado paulista se tornou o grande importador de insumos industriais e de alimentos das demais regiões geográficas nacionais. Da mesma forma, o excedente do comércio externo proveniente da exportação de commodities serviu para financiar a importação de máquinas e equipamentos voltados à industrialização nacional.

Com o passar dos anos, o sistema industrial complexo, integrado e articulado regionalmente avançou concomitantemente os investimentos na melhora e ampliação da infraestrutura nacional (transporte, energia, telecomunicações e outras). A difusão e diversificação da estrutura produtiva transformou significativamente, constituindo as bases da nova sociedade urbana e industrial.

Ademais, regionalmente transcorreu certa desconcentração econômica motivada por iniciativas governamentais através de políticas públicas específicas. O deslocamento da capital da área litorânea (Rio de Janeiro) para o interior do país (Brasília, na região do Centro-Oeste) prosseguiu com a adoção de políticas de estímulos regionais, avanço na infraestrutura, extensão da fronteira agropecuária e mineral, urbanização e descentralização dos serviços públicos e privados.

A formação da rede urbana e de metrópoles no país resultou na difusão de mais e maiores espaços produtivos integrados no interior do território nacional, com diversificação econômica em deslocamento das áreas litorâneas para o grande sertão. Em menos de meio século de acelerada modernização capitalista, a população deixou de ser majoritariamente agrária para se converter urbana e contaminada pelo novo padrão de consumo.

Seus efeitos para a classe trabalhadora foram inéditos e profundos. Em pouco tempo, uma parcela substancial da população agrária – sobrando do capitalismo nascente na República Velha (1889-1930) – foi sendo convertida em proletariado urbano.

A constituição de uma cidadania assentada na regulação da oferta de direitos sociais e trabalhistas forneceu as bases de pertencimento e identidade próprias das categorias de ocupados como operários industriais e classe média assalariada situada em postos intermediários no setor público e privado. Ademais dos direitos de cidadania regulada, desconhecidos até então por quase quatro séculos de trabalho escravo, o acesso à carteira de trabalho distinguiu o trabalho formal do informal.

Em síntese, a luta de classe entre o capital e trabalho se deslocou para a disputa entre o trabalho distinguido pelo patronato com contrato formal e o informal, sem acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Mesmo sem nunca ter conseguido superar mais da metade do conjunto da força de trabalho, o avanço do emprego assalariado formal equiparou-se à significativa e generalizada mobilidade social ascendente.

Embora desigual, a ascensão social se combinou com a modernização do padrão de consumo, crescentemente estimulado pela política econômica e social de apoio à difusão do crédito ao consumo, à casa própria e a bens de consumo duráveis (geladeira, automóvel e outros). Para o processo de urbanização periférica, contudo, a falta de acesso aos serviços públicos, a disputa pela posse da terra e a autoconstrução, sobretudo nos grandes centros metropolitanos, correspondeu ao conservadorismo da modernização capitalista.

Com a postergação das reformas estruturais, conforme protagonizadas pelo movimento social no início dos anos de 1960 (campanha das reformas de base) e de 1980 (programa esperança e mudança), a desigualdade social, econômica, regional e outras somente terminou por se aprofundar. Uma sociedade do labor salarial avançou, porém com a incompleta estruturação do mercado nacional de trabalho.

As instituições constituídas a partir da instalação do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho e da estrutura sindical ainda na década de 1930 permaneceram estáveis ao longo do novo padrão de divisão regional dos trabalhadores. Apesar disso, a desigualdade na forma de uso e remuneração da mão de obra prevaleceu desigual, própria da diferencial espacial imposta pelas especificidades da reprodução do capital.

Em pleno domínio do capitalismo monopolista, o Brasil seria considerado, junto com a Coreia do Sul, ambos países de passado colonial, aqueles que teriam conseguido levar mais a frente a industrialização até a década de 1980. Quando estava próximo de completar a internalização da estrutura produtiva compatível com a estabilidade da segunda Revolução Industrial e Tecnológica, o país foi fortemente golpeado por turbulências externa e interna que alteraram substancialmente a sua participação na Divisão Internacional do Trabalho. Simultaneamente, o padrão de divisão regional do trabalho acusou imediatamente consequências, conforme tratado a seguir.

### **1.3. Fragmentação da nação e o novo padrão de divisão regional do trabalho**

O curso atual do novo padrão de divisão regional do trabalho decorre fundamentalmente do rebaixamento econômico imposto à participação brasileira na Divisão Internacional do Trabalho, assim como do modelo de integração nacional implantado no Brasil a partir da década de 1930, desenhado de modo a concentrar a produção industrial no Estado de São

Paulo que, em 1985, respondia por 51,6% do VAB da indústria de transformação (IBGE, Sistema de Contas Regionais), mesmo respondendo por pouco mais de 20% da população. Com sinais da desarticulação do sistema econômico industrial acompanhados pela especialização produtiva, a divisão regional do trabalho pretérita passou a estar mais exposta à crescente integração externa.

Desde o ingresso passivo e subordinado do Brasil à globalização, em 1990, que as condições de produção e organização do trabalho foram sendo profundamente alteradas. Do processo de conversão produtiva nas atividades finalísticas e de terceirização da mão de obra, que a industrialização foi estancada, retrocedendo consideravelmente nos dias de hoje a menos de um terço do que fora há quarenta anos.

Do mesmo modo, a integração nas cadeias globais de valor se realizou nas atividades seculares da produção agropecuária e mineral. Acontece que a produção e exportação de *commodities* não se mostrou operação simples, demandando apoio considerável do Estado (câmbio atrativo, subsídios fiscal e creditício, investimentos públicos em infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária, entre outros).

Também no âmbito da política diplomática, as negociações brasileiras favoreceram mais, em geral, a opção da produção e exportação de *commodities* que a atividade interna de geração de insumos e bens industriais. Por estar mais concentrada nas áreas litorâneas do país, o desmonte da estrutura produtiva industrial se mostrou menos negativa às áreas do interior. Ademais, o denominado sertão brasileiro terminou sendo afetado positivamente pela abertura comercial promovida pelo ingresso na globalização. Tendo em vista a consagração do modelo econômico primário-exportador, o interior do país, especialmente as áreas de forte ênfase na agropecuária e mineração.

Em função disso, pode-se perceber como nos anos de 2002 a 2020, o novo padrão de divisão regional do trabalho se reproduz através de espaços geográficos compatíveis com a prosperidade e a decadência. Do lado da prosperidade, por exemplo, concentrou no conjunto de 66,9% dos municípios brasileiros que respondem por 53,2% do total da população no ano de 2020. Em sua maioria, as cidades pequenas e médias em tamanho populacional registraram crescimento econômico médio anual acima da média nacional (crescimento do PIB de 2,3% aa). A consequência foi o aumento de 40,1% na participação do PIB nacional por parte desse conjunto de municípios prósperos.

Em 2020, quase 67% dos municípios brasileiros assumiram a responsabilidade por 49,5% do Produto Interno Bruto do país, enquanto em 2002 era de apenas 35,3%. Do mesmo modo, o peso relativo desse conjunto de municípios afortunados no total da população cresceu 4,5%, passando de 50,9% do total da população, em 2002, para 53,2%, em 2020.

No conjunto dos 3.724 municípios com maior dinamismo econômico que a média nacional se destaca o subgrupo de cidades que apresentam ritmo chinês de expansão da produção. Entre os anos de 2002 e 2020, por exemplo, 11,1% do total dos municípios brasileiros registraram crescimento médio do PIB acima de 6% ao ano, o que equivaleu a quase três vezes superior ao verificado para o conjunto do Brasil.

Por força disso, o conjunto dos 615 municípios situados no extremo mais dinâmico da prosperidade nacional respondeu por 11% do PIB nacional em 2020, quando há 18 anos participavam com apenas 3,9% do PIB brasileiro. Assim como houve robusto crescimento econômico desse subgrupo de municípios bem-sucedidos na produção, também ocorreu ampliação relativa da população residente que passou de 6% do total nacional, em 2002, para 7,2%, em 2020.

Diante disso, percebe-se como a prosperidade econômica verificada nas últimas duas décadas se mostrou mais presente nas cidades do interior do país, especialmente aquelas com atividades produtivas exportadoras, fortemente associadas à exploração mineral, vegetal e agropecuária. Também tiveram destaque os municípios vinculados ao turismo e à recepção de *royalties* (privilégios) decorrente da extração de recursos naturais (petróleo, gás e outros), cujo ritmo de expansão do PIB chegou a atingir até 30% de média anual.

Do outro lado, o horizonte da decadência nacional aberta a 1.846 municípios que registraram significativas perdas na vitalidade econômica, incapaz de conseguir acompanhar a variação média anual do PIB nacional (2,3%). O resultado disso durante as duas últimas décadas foi a regressão econômica acompanhada pelo relativo esvaziamento populacional.

No ano de 2020, por exemplo, 33,1% do total dos municípios brasileiros que acusaram piores desempenhos econômicos, responderam por 50,5% do PIB nacional, quando em 2002 eram responsáveis por 64,7% do PIB brasileiro. Ou seja, em dezoito anos, o declínio acumulado pelos municípios de pior desempenho econômico foi de 21,9% em termos de participação relativa no total do PIB nacional.

Para o mesmo período de tempo, a população residente nesse conjunto de cidades de menor dinamismo econômico regrediu 4,7%. Em 2020 respondeu por 46,5% do total da população nacional, enquanto em 2002 era de 49,1%.

Para, além desta trajetória declinante, convém ainda ressaltar a situação de 8,4% dos municípios brasileiros que acusaram, em 2020, o valor real do PIB menor que o verificado no ano de 2002. Dos 468 municípios situados no extremo mais grave da situação de decadência nacional, a queda relativa na participação do PIB foi de 38,2%, pois declinou de 19,5%, em 2002, para 12% em 2020.

No mesmo período de tempo, o total de residentes permaneceu estabilizado em relação ao conjunto da população nacional, pois passou de 10,8% do total dos brasileiros, em

2002, para 10,5%, em 2020. Em grande medida, os municípios com perda de participação relativa no PIB nacional se encontram nos grandes centros urbanos, especialmente aqueles que outrora correspondiam à afluência produtiva, sobretudo industrial e associada ao desenvolvimento do mercado interno nacional. Nesse contexto, a situação do trabalho expressou realidades que precisam ser melhor analisadas. Esse é o objetivo tratado a seguir.

## **2. Panorama do trabalho nas grandes regiões geográficas do país na segunda década do século XXI**

A breve recuperação histórica apresentada anteriormente teve por objetivo ressaltar melhor as características principais da atual divisão regional do trabalho no Brasil. Na sequência e de forma panorâmica, a situação do trabalho é apresentada nas grandes regiões geográficas do país, especialmente para o período de tempo entre 2012 e 2021.

### **2.1. Região Nordeste**

A região Nordeste, centro dinâmico da economia nacional até o século XVII, perdeu não apenas o protagonismo econômico como o poder político, primeiro com a transição do ciclo do açúcar para o ciclo do ouro e, em 1763, a transferência da capital do estado da Bahia para o Rio de Janeiro. “Em pleno ciclo do açúcar, no século XVII, a região Nordeste respondia por cerca de 80% da renda nacional” (Pochmann, 2015). A região é composta por nove estados (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, BA e SE), com população estimada em 57 milhões de habitantes. A desidratação econômica somada à perda de poder político produziu o encolhimento da representação demográfica provocada tanto pela emigração quanto pelo crescimento demográfico a taxas mais elevadas na região de maior densidade econômica, fazendo com que a região que acomodava 51% da população no limiar do século XIX, respondesse por apenas 27% em 2021 (IBGE, PNADC anual).

A transição do modelo agroexportador para o modelo urbano industrial, na primeira metade do século XX, acentuou as desigualdades regionais ao concentrar no Estado de São Paulo a infraestrutura industrial necessária ao impulsionamento da economia brasileira, subordinando o resto do país ao que estava projetado para ser o centro dinâmico da economia nacional. Mesmo após o início do processo de desindustrialização seguido por desconcentração da produção nacional, o estado de São Paulo concentrava, em 1985, quase 52% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria de transformação enquanto os nove estados da região Nordeste respondiam, juntos, por apenas 9,7% (IBGE, Sistema de Contas Regionais). Vale ressaltar que, pelo mesmo banco de dados, o Nordeste detinha 29% da população brasileira (38,3 milhões de habitantes) e São Paulo, 21% (28 milhões), no mesmo ano.

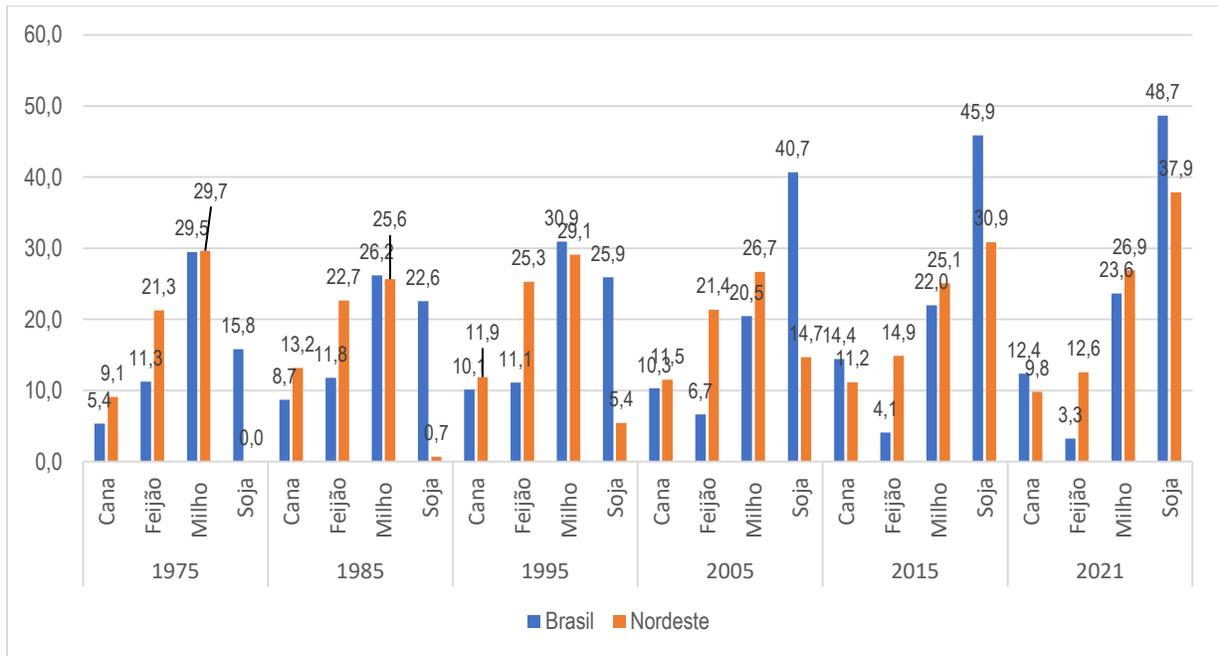
A acumulação de capital derivada da atividade industrial, desde o início do processo de integração econômica, habilitou o Sudeste a concentrar o VAB do setor que mais tem crescido no país, desde o início da desindustrialização, nos anos 1980. Embora o setor de serviços seja o mais representativo em qualquer estado, o centro dinâmico da economia nacional responde pela maior fatia desse bolo, com participação muito superior à sua representação demográfica. Em 2020, com 22% de representação demográfica, o estado de São Paulo respondia por 44% da receita bruta do setor de serviços (excluindo atividades financeiras), enquanto a região Nordeste detinha apenas 9% (IBGE, Pesquisa Anual de Serviços). Esses números revelam a força de acumulação de capital associada à dimensão do mercado como instrumento potencializador dos efeitos da divisão social do trabalho com vistas à elevação da produtividade e da acumulação de capital em escala crescente, alimentando continuamente as desigualdades econômicas e sociais na dinâmica do sistema capitalista de produção.

Com relação à agropecuária, voltou a assumir grande protagonismo em alguns estados, substituindo as lavouras de abastecimento do mercado doméstico por lavouras exportáveis, a exemplo da soja em todo o país e da cana-de-açúcar na região Sudeste. Até mesmo no Nordeste, a soja que representava menos de 1% da área colhida de lavouras temporárias, em 1985, subiu para 38% em 2021, enquanto o feijão caiu de 21% para 12,6% (Gráfico 1). Em uma região marcada por insegurança alimentar e extrema pobreza, essa inversão demonstra a força da concentração fundiária e ausência do Estado na condução de um projeto de desenvolvimento que priorize a população ao invés do capital. No Centro-Oeste, a soja subiu de 9% para 56% da área colhida.

A participação da agropecuária no VAB da região Nordeste revela queda de 35% no período 2002-2019, caindo de 10% para 6,5%. Em 2020 parece ter crescido, mas, na verdade, sendo mais imune à paralisação provocada pela Covid-19, sua participação subiu para (8,9%) com a queda de outros setores. A tese da reprimarização, portanto, não cabe no Nordeste, nem mesmo pelas lentes da balança comercial externa, a despeito do crescimento da plantação e colheita de soja na região.

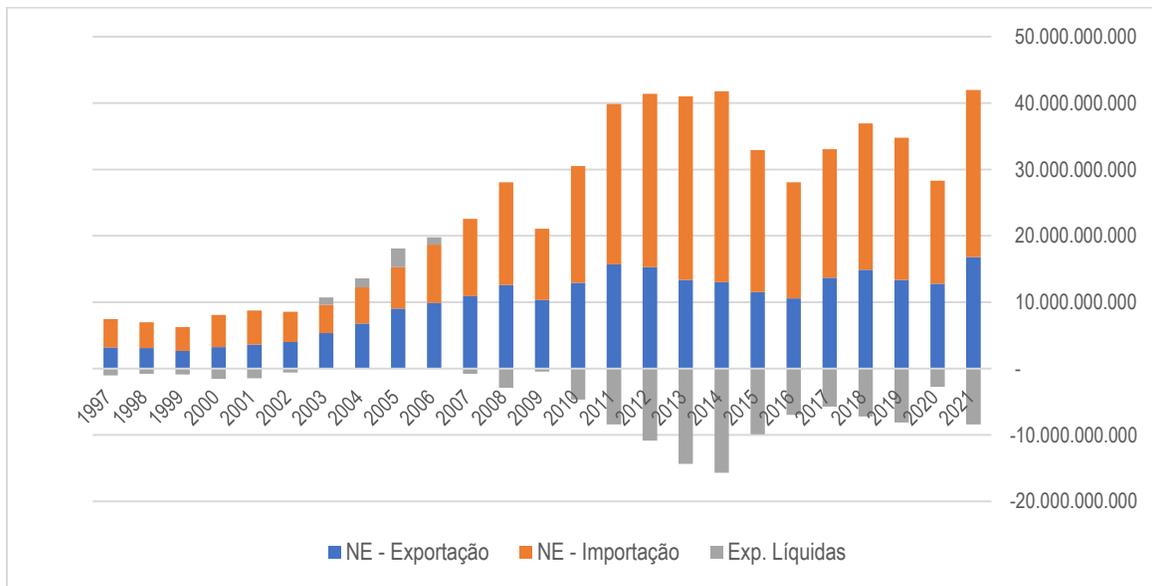
Em 1997, o Nordeste respondia por 7,5% das exportações brasileiras enquanto o Estado de Mato Grosso, 1,8%. Em 2021, o Nordeste mantinha os mesmos 7,5% enquanto o estado de Mato Grosso o superara com 7,7%. Já as importações nordestinas pularam de 7% para 11,5% no mesmo período, resultando em déficit comercial desde 2007 (Gráfico 2). A condição de grande importador de bens e serviços colocou a região Nordeste em desvantagem fiscal, com rebatimento sobre a capacidade de intervenção a partir da arrecadação tributária estadual, levando a região a enfrentar grandes obstáculos à geração de emprego e renda.

**Gráfico 1. Participação (%) de lavouras temporárias no total da área colhida. Brasil e Nordeste: 1975-2021.**



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

**Gráfico 2. Exportações e importações (US\$) do Nordeste: 1997-2021.**



Fonte: Ministério da Economia, Secretaria de Relações Exteriores. Elaboração própria.

A indústria de transformação nordestina sempre caminhou a reboque do centro dinâmico da economia nacional apesar de, em raros momentos, o PIB regional ter registrado

crescimento superior à média nacional, assim como a formação bruta de capital fixo ter registrado variação anual extraordinária entre 1968 e 1978, conforme relata Guimarães Neto (1989). Todavia, com participação no PIB nacional girando sempre em torno de metade de sua representação demográfica, a região Nordeste não se reposicionou nas últimas quatro décadas, a despeito de a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>1</sup> ter assumido um papel de grande relevância.

Considerando as duas décadas do século XXI, a indústria de transformação do Nordeste alcançou seu melhor resultado em 2003 com participação de 11,6% no VAB da região, declinando suavemente até os 9% registrados em 2020. Com relação à participação no VAB nacional, sua participação tem oscilado entre 9% e 11% ao longo de 18 anos (2002-2020), fechando 2020 com 10,5%, portanto, muito abaixo de sua representação demográfica, o que tende a reverberar sobre PIB per capita dada a relevância da indústria de transformação como vetor dinâmico de qualquer economia.

Registrando baixa competitividade na agropecuária e na indústria de transformação, em comparação às regiões Sul e Sudeste, o Nordeste se transformou em grande importador de produtos nacionais e internacionais, a julgar pelos dados da balança comercial externa e da balança comercial interestadual. Pelos dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), organizados e disponibilizados on-line para o período 2017-2022, O Nordeste apresentou saldo negativo para todo o período em 8 dos 9 estados. Apenas Pernambuco apresentou saldo positivo em três dos seis anos da série (2017 a 2019).

Com relação a rendimento médio da produção (quilo/Hectare), para as quatro lavouras de maior peso, a região Sudeste apresenta o melhor rendimento para todas elas, em 2021, enquanto o Nordeste a menor produtividade para milho, cana e feijão. No caso do feijão, a produtividade da região Nordeste corresponde apenas 30% da produtividade nacional e 20,6% do desempenho da região Sudeste. Isso explica, em boa medida, o redirecionamento do solo para soja onde o rendimento é semelhante ao do Sudeste.

Para além da distribuição dos setores de atividade econômica entre unidades federativas e regiões, o grau de competitividade entre elas assenta-se na infraestrutura do sistema educacional e no modelo de gestão pública nos respectivos territórios alinhado ao projeto de desenvolvimento local, quando existe. Muitos municípios no interior do Nordeste brasileiro estão completamente isolados da economia nacional, de modo que a principal renda de circulação nesses mercados é derivada de programas sociais, previdência e administração pública.

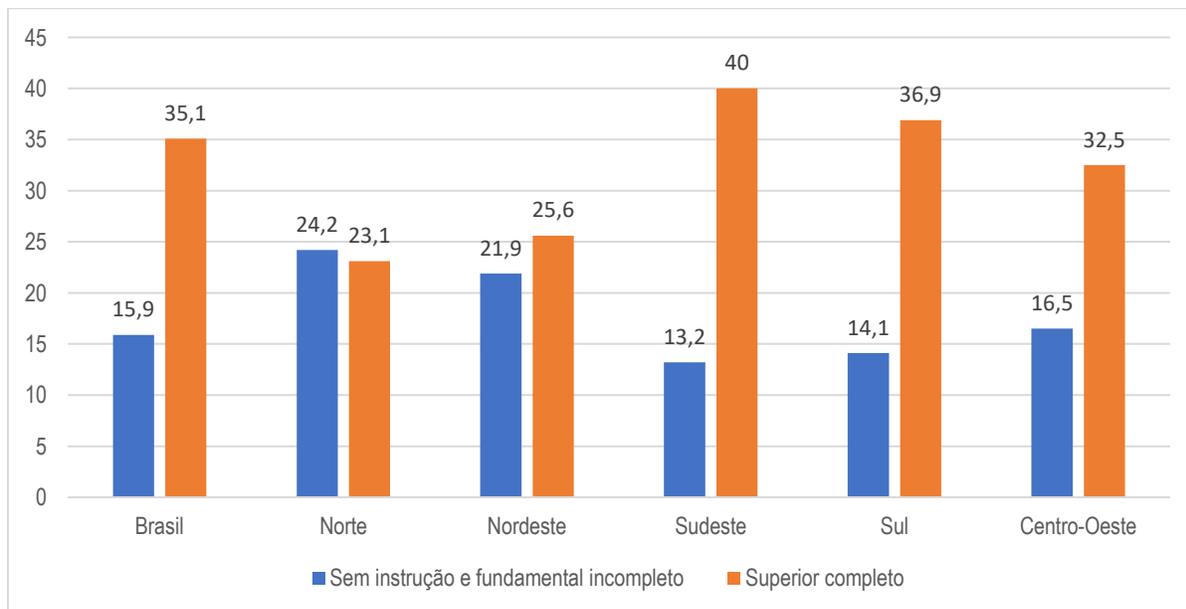
---

<sup>1</sup> Criada em 1959 pela Lei Federal n. 3.692.

De 2012 até 2021, a renda do trabalho como composição do rendimento mensal domiciliar per capita, era mais baixo no Nordeste para qualquer ano, caindo de 70% para 67,6% ao longo do intervalo. Para 2021, a região Centro-Oeste aparecia com maior percentual (80,6%). Entre outras fontes, aposentadoria e pensão é a de maior peso, com 22,4% para o Nordeste, 13,8% para Centro-Oeste e 18,2% para o Brasil (IBGE, PNADC anual). Essa dependência a outras fontes de renda demonstra a fragilidade da região na geração de emprego e renda.

Os indicadores da educação revelam as barreiras enfrentadas ou construídas pelos estados das regiões Norte e Nordeste. Mesmo entre empregadores, o percentual com nível superior completo no Nordeste correspondia a apenas 25,6% enquanto no Sudeste 40%. Na outra ponta, os sem instrução ou fundamental incompleto correspondiam a 22% no Nordeste e 13,2% no Sudeste (Gráfico 3). Para trabalhadores por conta própria, Nordeste também assume o menor percentual com nível superior completo (21,6%) enquanto o Sudeste lidera com 30,3%. É muito provável que essa variável exerça grande influência sobre a gestão dos empreendimentos privados em todas as regiões, potencializado ao se reproduzir nos outros três grupos: gestores públicos, trabalhadores e empregadores.

**Gráfico 3. Distribuição (%) dos empregadores por nível de instrução. Brasil e grandes regiões: 2019.**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Elaboração própria.

Com relação à massa salarial mensal de todos os trabalhos, o Nordeste tem quase o dobro da população da região Sul (27% e 14%, respectivamente), mas responde por apenas 15% da massa salarial mensal em 2021, enquanto a região Sul responde por 18%. Essa

disparidade se mantém ao longo da série 2012-2021, denunciando os problemas estruturais do Nordeste não apenas pela incapacidade de geração de emprego, mas de ocupações com baixa exigência de qualificação, em boa medida, associada à predominância da informalidade nas relações laborais. A região registra a segunda maior taxa de informalidade, ficando atrás apenas da região Norte. No 3º trimestre/2022, o Nordeste registrou taxa de informalidade 74% superior à registrada pela região Sul (30%), batendo os 52%.

Esse padrão de desigualdade se agrava ao se comparar a renda média das capitais à renda média da região metropolitana, excluindo a capital e os municípios fora da região metropolitana. Embora a renda média de todos os trabalhos, no Nordeste, corresponda a 69% da renda média nacional, a renda média dos municípios fora das regiões metropolitanas corresponde a apenas 54% da renda média da capital. Isso demonstra as várias camadas de desigualdade social dentro do território nacional (IBGE, PNADCA). Dentro de cada município, outra camada que aprofunda as desigualdades sociais são as condições materiais de sobrevivências entre área urbana de área rural, não apenas pelo viés da renda, mas de acesso a equipamentos que definem a infraestrutura de saúde, educação e espaços de cultura e lazer.

Com uma população de 75% de pretos e pardos (2021), o Nordeste enfrenta outro desafio no que diz respeito ao rendimento médio do trabalho. Pelos bancos de dados de IBGE e RAIS, pretos e pardos auferem rendimento de valor inferior a brancos em todos os recortes territoriais. A região Sul, por sua vez, tem uma composição demográfica com 75% de brancos. Para problematizar a questão das desigualdades de renda, fica a pergunta se a variável raça pode influenciar o achatamento dos rendimentos no Nordeste ou se apenas potencializa os efeitos de grau de instrução e tipo de ocupação gerado em uma estrutura produtiva de baixa complexidade, subordinada ao centro dinâmico do capitalismo nacional. A resposta a essa pergunta demandaria uma pesquisa qualitativa envolvendo empregadores.

Aos problemas estruturais enfrentados pela classe trabalhadora residente no Nordeste, somam-se as mudanças recentes engendradas pelo receituário neoliberal que, sob a pressão da acumulação flexível, tem apostado não mais na especialização da força de trabalho, mas na polivalência, de modo que essa força de trabalho possa, indistintamente, ser alocada para qualquer área e descartada sem ônus à empresa. Nesse sentido, os riscos são transferidos ao trabalhador que, diante de elevado contingente de desocupados, submete-se a qualquer condição de trabalho, renunciando a direitos trabalhistas em acordos estabelecidos dentro da tradicional assimetria de força entre capital e trabalho.

Nos últimos anos, diante das profundas mudanças no modo de produção e nos novos arranjos contratuais, o movimento sindical tem se diluído, ano a ano, em todo o território nacional. No Brasil, de 2012 a 2019, o percentual da população sindicalizada passou de 16% para 11% e, no Nordeste, de 16,5% para 12,5%, com redução mais acentuada após

a aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017 (IBGE, PNADCA). A desidratação do movimento sindical vem se manifestando há muito tempo. No período 2012-2019, o Nordeste perdeu 871 mil sindicalizados e o Brasil, 3,95 milhões. É possível que essa organização de classe tenha perdido força política ao perder sua capacidade de se reinventar em conformidade com as mudanças ocorridas no sistema de produção, onde a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto vem adensando a população fora da força de trabalho, além das formas de contratação fora do radar da legislação trabalhista e a inclusão de novas ocupações com precarização institucionalizada.

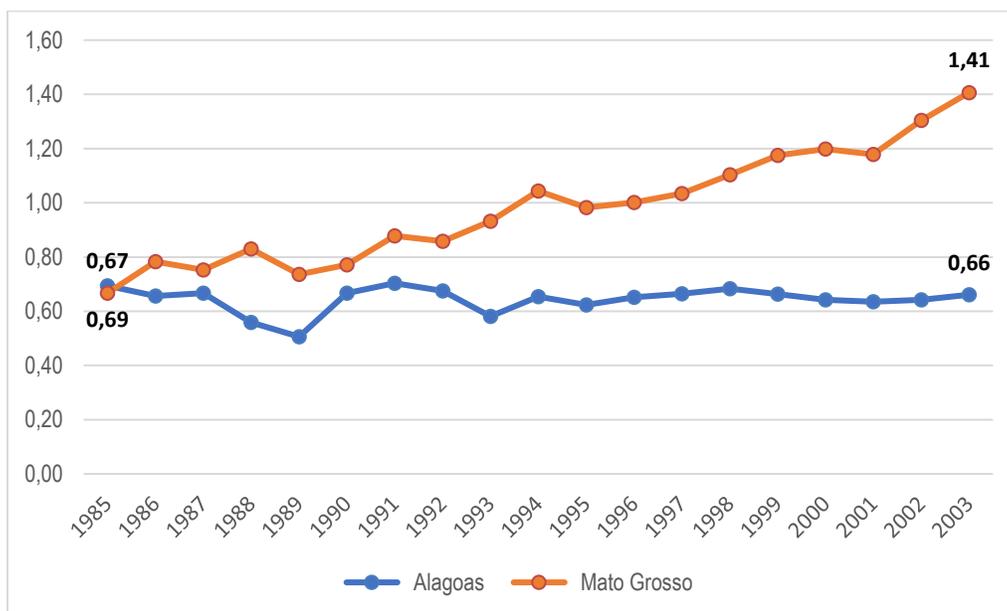
A Reforma Trabalhista somada à Reforma Previdenciária impôs à classe trabalhadora nordestina, marcada por menor expectativa de vida e maior percentual de desalentados, um pedágio muito mais elevado em comparação às regiões Sul e Sudeste. Parte expressiva da população nordestina não consegue chegar a 65 anos de idade, o que se reflete em participação da população acima de 65 anos inferior à média nacional (Brasil: 10,2%; Nordeste: 9,3%). Com rendimento médio muito abaixo do rendimento das regiões de maior densidade econômica, os beneficiários de pensão por morte, reduzida à metade pela Reforma Previdenciária de 2019, são mais afetados que os trabalhadores das regiões mais ricas, o que compromete o acesso a serviços cujos preços não variam entre unidades federativas, a exemplo de seguro-saúde ou serviço de telefonia.

## 2.2. Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste, seja pelo tamanho da população ou pelo volume da produção, desde o início da tentativa de integração da economia nacional, revelava-se um território pouco expressivo, mesmo após a transferência da capital para o Distrito Federal. De 1996 a 2021, o Centro-Oeste segue com a menor população, mas foi a região que registrou a segunda maior taxa de crescimento populacional no mesmo período, ficando atrás apenas da região Norte. As outras três regiões registraram queda de participação (NE: -5,1%, SE: -1,2% e S: -4,6%). Muito provavelmente, boa parte dos 6 milhões que adensaram aquela região foi em busca de novas oportunidades de emprego, seduzidos pelas promessas do agronegócio. De 1996 a 2021, a população da região Centro-Oeste passou de 10,5 milhões para 16,6 milhões de habitantes.

A evolução do VAB da região Centro-Oeste está fortemente influenciada pelo Distrito Federal, cuja participação oscila entre 34% e 42% no período 2002-2020. Para o último ano do intervalo, 95% do VAB do DF estava concentrado no setor de serviços, sendo 46,3% na administração pública. Em grande medida, o DF corrompe os dados agregados, sendo necessário analisar as singularidades de cada estado. Em razão dessa influência, o setor de serviços aparece com participação de 70% na região em 2020, quando em MT, MS e GO ele representa, respectivamente, 54%, 55% e 62%.

**Gráfico 4. Participação (%) de Alagoas e Mato Grosso no VAB nacional: 1985-2003.**



Fonte: IBGE. Sistema de Contas Regionais, base 1985-2003. Elaboração própria.

Em 1985, a região Centro-Oeste marcava participação de 6% no VAB. Para uma comparação, nesse ano, Mato Grosso e Alagoas empatavam com apenas 0,67% e 0,69%, respectivamente. Em 2003, Alagoas mantinha sua participação quase estável em 0,7% enquanto Mato Grosso tinha mais do que dobrado sua participação (Gráfico 4). De 2003 a 2020, a região seguiu elevando participação (10%), assim como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Já o estado Alagoas ficou preso aos 0,75% e Nordeste aos mesmos 13,8%.<sup>2</sup>

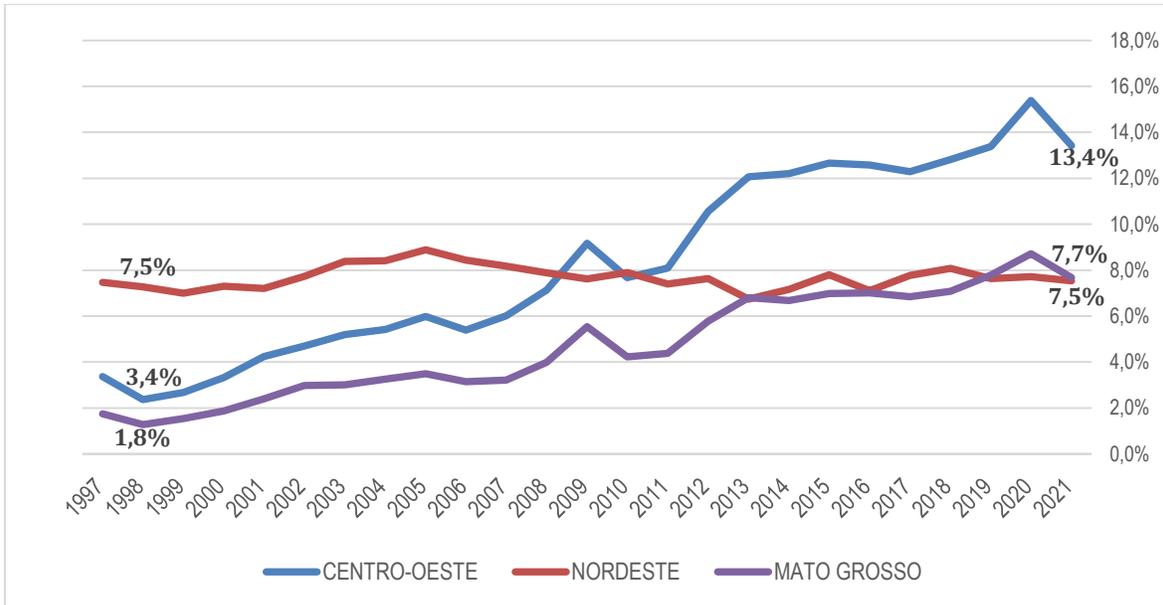
A pujança do Centro-Oeste impressiona quando comparado ao Nordeste, empacado em mais de 4 décadas na mesma posição, seja pelas lentes do VAB ou das exportações líquidas (Gráfico 5). Comparando a região Nordeste (57 milhões de habitantes) com o estado de Mato Grosso (16,5 milhões de habitantes), fica difícil acreditar que em 24 anos o Nordeste tenha mantido a mesma participação (7,5%) nas exportações brasileiras com 9 unidades federativas enquanto o Estado de Mato Grosso deu um salto de 1,8% para 7,7%.

Caminhando da contramão do resto do país nas duas primeiras décadas do século XXI, os estados de Mato Grosso do Sul (112,5%) e Goiás (17,5%) elevaram participação na indústria de transformação entre 2002 e 2020 (Gráfico 6), embora o melhor período para a região tenha sido entre 2005 e 2010. A pujança da indústria no Centro-Oeste está vinculada ao agronegócio, concentrado na semimanufatura de carnes e grãos. O vetor dinâmico da

<sup>2</sup> Vale registrar a alteração de metodologia na base de dados do Sistema de Contas Nacionais para o período 2002 a 2020, o que se percebe no cruzamento de anos comuns às duas bases (1985-2003 e 2002-2020). Todavia, as curvas de tendências são constatadas nas duas bases.

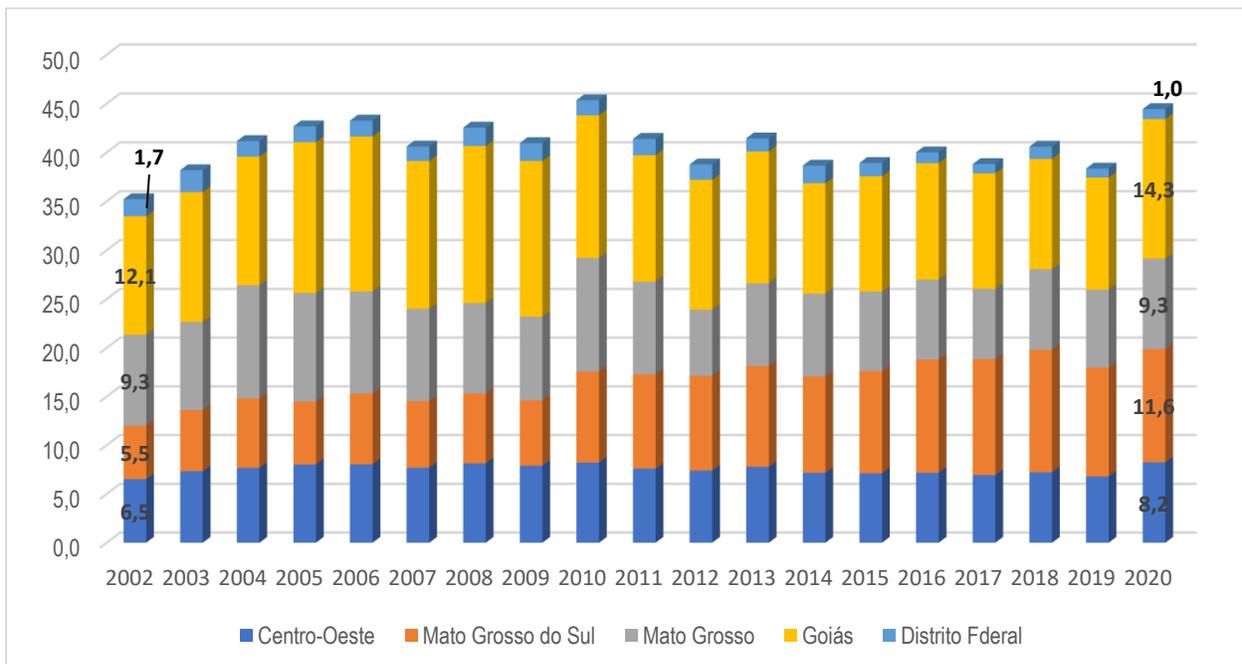
economia da região está no agronegócio com cadeia produtiva articulada entre indústria e agropecuária.

**Gráfico 5. Participação (%) nas exportações nacionais. Centro-Oeste, Nordeste e Mato Grosso: 1997-2021.**



Fonte: Ministério da Economia, Secretaria de Relações Exteriores. Elaboração própria.

**Gráfico 6. Participação (%) da indústria de transformação no VAB. Região Centro-Oeste e suas unidades federativas: 2002-2020.**



Fonte: IBGE. Sistema de Contas Regionais. Elaboração própria.

Quanto à participação da agropecuária no VAB, cresceu 25% na região e mantém participação bastante elevada em Mato Grosso do Sul (23,7%), Mato Grosso (28,8%) e Goiás (14,5%), em 2020, muito acima da média nacional (4,9%). O avanço da agropecuária com encadeamento setorial com a indústria de transformação permitiu à região Centro-Oeste se reposicionar na balança comercial externa, a despeito dos elevados impactos ambientais, tema não abordado adequadamente neste artigo.

Pelas lentes da balança comercial externa, de 2002 a 2020, a soma de produção animal, produção vegetal, gorduras e óleos animais e vegetais e produtos da indústria alimentar e bebidas responde por mais de 80% das exportações agregadas dos três estados (MT, MS e GO). A participação da produção do reino vegetal ultrapassa 50% desde 2013. A pasta de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas surpreende não pelo peso da participação, mas pela evolução no mesmo período, alcançando quase US\$ 2 bilhões em 2020 quando, em 2004, a exportação desse produto ficou em modestos US\$ 31 mil. Em 2008 já havia subido para US\$ 1,4 milhão e, no ano seguinte, US\$ 250 milhões, alcançando a bagatela de quase US\$ 2 bilhões já em 2019.

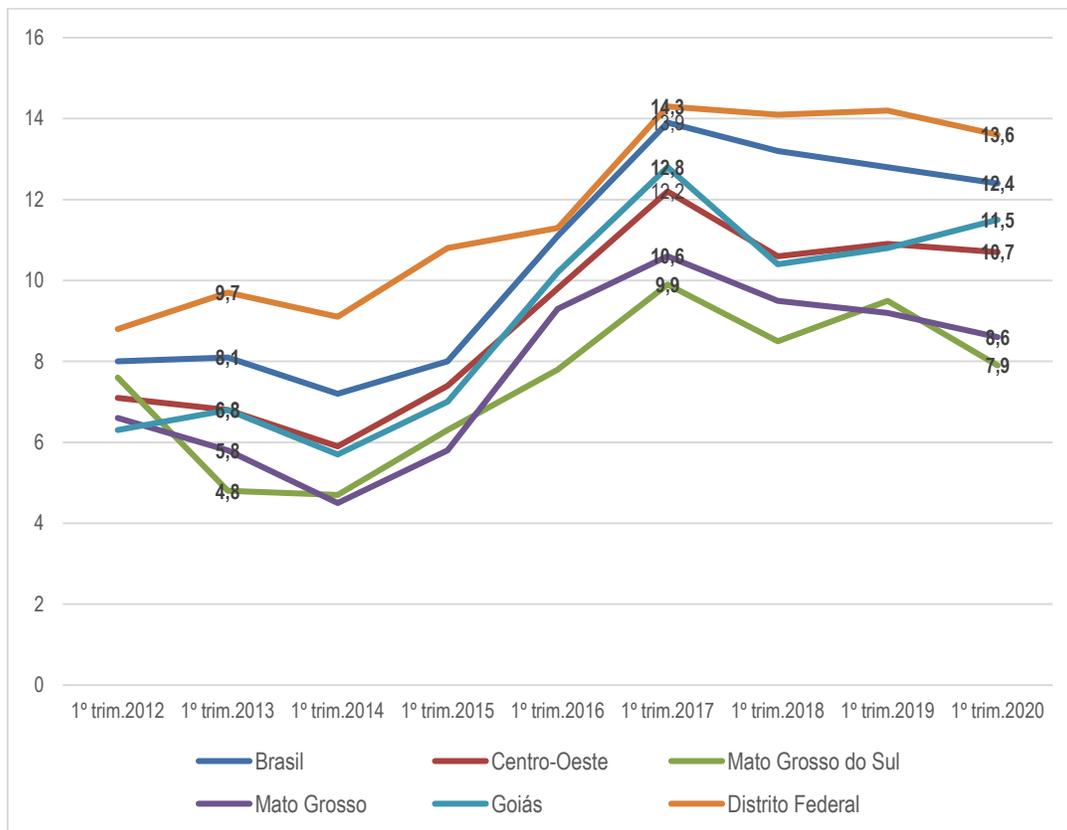
Com relação aos indicadores do trabalho, a região Centro-Oeste avançou bastante, mesmo excluindo o Distrito Federal, com vantagem sobre a região Norte que, embora tenha elevado participação no VAB, mantém a segunda menor renda média, à frente apenas do Nordeste. Serão analisados alguns indicadores do trabalho, ressaltando ser a região com menor influência do setor de serviços, exceto pelo peso do Distrito Federal. Também surpreende pela baixa taxa de sindicalização. De 2012 a 2019, a taxa de sindicalizados caiu de 14,4% para 8,5%, sendo a maior queda entre 2017 e 2018, quando passou de 13,1% para 10,2%, provavelmente, pelos efeitos da Reforma Trabalhista. Em seis anos, 313 mil trabalhadores declinaram da filiação sindical na região.

Com uma representação demográfica de 7,8% e participação de 10,4% no PIB nacional (2020), o Centro-Oeste consegue a proeza de manter baixa taxa de informalidade, baixa taxa de desalentados, rendimento acima da média nacional e uma das menores taxas de desocupação (Gráfico 7). No 1º trim./2014, quando a média nacional correspondia a 7,2%, a região registrava 5,9%, mas se o DF fosse excluído, essa taxa teria ficado em torno de 5%, observando o comportamento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em relação à população desalentada, Centro-Oeste exibe a segunda menor taxa para qualquer trimestre do período 2012-2020, ficando atrás apenas da região Sul. No 3º trim./2022, enquanto o Nordeste amargava taxa de 9% de desalentados, Centro-Oeste ocupava a segunda posição mais confortável com 1,5% e Brasil 3,8%. A população desalentada corresponde à população de 14 anos ou mais que parou de procurar emprego, embora deseje

estar empregada. Sua frustração decorre da insuficiência de vagas ou da inadequação das vagas disponíveis ao perfil de quem deseja estar ocupado.

**Gráfico 7. Taxa de desocupação (%). Brasil e Centro-Oeste: 2012-2020 (1º trimestre).**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração própria.

No que se refere à taxa de informalidade, para qualquer trimestre do período 2015-2020, Centro-Oeste se aproxima mais das regiões Sul e Sudeste, ficando abaixo da média nacional e distante das regiões Norte e Nordeste. O 3º trim./2022 registrou, por unidade territorial, taxas informalidade de 39,4% Brasil, 55,4% Norte, 52,2% Nordeste, 34% Sudeste, 30,4% Sul e 35,8% Centro-Oeste (IBGE, PNADC trimestral).

É possível que esse ambiente dominado pelo setor primário seja mais intensivo no uso de mão de obra e, graças ao volume de produção proporcionalmente mais elevado que sua representação demográfica, eleve o rendimento médio da população ocupada e mantenha grande parte da população inserida no sistema de produção. Vale lembrar que, de 2002 a 2020, a região registrou a segunda maior taxa de crescimento populacional, possivelmente, pela força do agronegócio atraindo os desocupados de outras regiões com baixa expectativa de ocupação.

O rendimento médio de todos os trabalhos da região Centro-Oeste, para qualquer ano do período 2012-2021, esteve acima da média nacional, contrastando com região Nordeste que para o mesmo período está sempre muito abaixo. Excluindo o DF, os valores ficam, às vezes acima e, outras, abaixo da média nacional. Em 2021, o rendimento mensal habitualmente recebido de todos os trabalhos correspondia a R\$ 2.476 no Brasil, R\$ 2.547 no Mato Grosso do Sul, R\$ 2.486 no Mato Grosso e R\$ 2.270 em Goiás. Esses valores demonstram que embora o DF jogue a média da região para cima, as demais unidades federativas estão muito próximas da média nacional, ao longo do período 2012-2020 (IBGE, PNADC anual).

Em 2021, o rendimento médio da região estava 10% acima da média nacional enquanto o da região Nordeste estava 31% abaixo. Surpreendentemente, para a categoria sem instrução, a diferença é ainda maior, de modo que no mesmo ano, o rendimento médio de pessoas sem instrução ocupadas no Centro-Oeste estava 37% acima da média nacional e superior completo, apenas 4%.

Em alguns anos, a remuneração de trabalhadores sem instrução ficou acima até mesmo da média das regiões Sul e Sudeste, possivelmente, pela demanda da agropecuária. Em 2018, o rendimento médio de trabalhadores sem instrução ficou 59% acima da média nacional e, para nível superior, 3%. Isso explica por que as regiões Sul e Centro-Oeste exibem a menor diferença percentual entre rendimento de trabalhadores sem instrução e com nível superior completo. Enquanto no Brasil (2021), o rendimento de nível superior é 395% superior ao de trabalhadores sem instrução, nas regiões Sul e Centro-Oeste são, respectivamente, 236% e 276%. Ao que parece, o agronegócio remunera melhor que o setor de serviços.

25

### 2.3. Região Sudeste

Na busca pela melhor compreensão da evolução recente do mercado de trabalho na região Sudeste, destaca-se o desafio da identificação das diferenças na estrutura econômica dos estados que compõem a região. Em grande medida, a trajetória distinta gerada durante o processo de industrialização brasileira e as mudanças a partir dos anos 1990, com a adoção do receituário do Consenso de Washington.

Com isso, o reposicionamento nacional no interior da divisão internacional do trabalho, cujos resultados produziram a desestruturação das cadeias produtivas locais, o baixo dinamismo econômico e um contínuo processo de desindustrialização *pari passu* com o crescimento do setor de serviços. Essa primeira etapa é fundamental para determinar a evolução do mercado de trabalho inserido nesse contexto, onde as formas de atuação do Estado na regulação da economia e das relações de trabalho nos rumos do desenvolvimento são elementos essenciais à compreensão dessa trajetória, que tem nas “reformas” trabalhistas de 2017 e previdenciária de 2019, os mais recentes marcos.

Deve-se destacar que a região Sudeste atualmente é responsável por mais de 50% do PIB brasileiro. Essa concentração da atividade econômica na região encontra suas origens no desenvolvimento da economia cafeeira, principal produto do modelo agroexportador no século XIX até meados do século XX, que foi o centro dinâmico da acumulação de capital no Brasil. Além da própria escala da atividade cafeeira por si só representar grande importância econômica, ela também demandou investimentos em infraestrutura de transporte ferroviário, portos, comunicação, energia, urbanização, além do desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo, criando em sua entorno uma economia relativamente diversificada (Cano, 2007).

Na década de 1930 com a crise da economia cafeeira e o deslocamento do centro dinâmico de acumulação de capital para a indústria, a região sudeste concentrou, principalmente em São Paulo, os investimentos e o desenvolvimento industrial das décadas seguintes, uma vez que a região já apresentava o desenvolvimento das forças produtivas industriais mais consolidadas e principalmente de possuir, entre outros fatores, das condições de geração e acumulação de capital crescentes e necessárias para o investimento industrial (Cano, 2007). O resultado é um processo de reorganização da economia nacional, a partir do polo dinâmico concentrado na indústria de São Paulo e a consolidação de uma integração do mercado nacional e a constituição de uma periferia (Cano, 1998, cap. 5).

A partir dos anos 1950 a indústria de bens de consumo duráveis e indústria pesada passam a ter papel central no desenvolvimento industrial, aumentando ainda mais a concentração em São Paulo, considerada excessiva, o que trouxe à tona o importante debate sobre os grandes desequilíbrios regionais resultantes da concentração industrial, que resultou em mudanças na atuação estatal para redução desses desequilíbrios, porém sem sucesso. No início da década de 1970, o estado de São Paulo atinge a participação recorde em todo período de 58% do total da indústria de transformação.

A partir daí iniciou-se o processo de desconcentração industrial, em benefício do interior do estado de São Paulo e em direção a outras regiões do país. A desconcentração na década de 1970 foi considerada positiva, pois era resultado da maior taxa de crescimento industrial das demais regiões comparativamente com São Paulo (Cano, 1998).

Mas anos de 1980, a crise econômica com inflação crescente, forte desequilíbrio das contas externas e redução do crescimento, colocou um novo cenário. A desconcentração passou a ser resultante das taxas de queda de diversos segmentos industriais que eram maiores em São Paulo, ou mesmo quando havia pequeno crescimento, esse era menor em São Paulo. Por isso, Cano (1998) denomina desde então a desconcentração como sendo “espúria” devido às suas causas serem oriundas do impacto mais acentuado da crise em São Paulo, e não de um dinamismo virtuoso das demais regiões.

Desde os anos de 1990, a adoção da agenda econômica neoliberal, seguindo os ditames do Consenso de Washington, ampliou e acelerou o processo de desconcentração. Isso porque decorreu de diferentes aspectos, principalmente, a abertura comercial; privatizações; valorização cambial; o baixo crescimento econômico; da reorientação do papel do estado na economia, que abandonou o papel de organizador e indutor do crescimento; e da guerra fiscal (Funari, 2009).

Assim, na última década do século XX passou a ficar aparente o processo de desindustrialização no Brasil que impacta fortemente a região sudeste, principalmente São Paulo. Além de não ser um processo uniforme e contínuo ao longo do tempo, a desindustrialização levou ao desmonte do sistema econômico nacional complexo, integrado e articulado, mesmo que houvesse diversas especificidades entre os estados e os segmentos da indústria (Pereira & Cario, 2018).

Dada a relevância da produção manufatureira no Sudeste, Silva (2017) argumenta que a desindustrialização brasileira pode ser explicada pela forte alteração produtiva na região mais rica do país. Entre os anos de 2002 a 2014, a queda na participação industrial pode ser explicada pela forte concentração no estado de São Paulo.

No mesmo sentido, Sampaio e Etulain (2021) argumentam que São Paulo tem papel central na explicação da desindustrialização brasileira, dado o seu tamanho, diversificação e nível de articulação com as demais regiões. Apesar do processo de desconcentração a indústria de transformação, a região Sudeste segue com a sua maior participação no país.

**Tabela 1. Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria de transformação por grande região. Brasil: 2010 a 2019.**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Norte	4,7	4,8	4,3	4,4	4,4	4,6	4,8	4,5	4,2	4,4
Nordeste	9,0	8,3	8,4	8,8	9,1	10,7	11,3	11,4	11,1	10,8
Sudeste	60,2	59,2	58,8	56,4	56,4	55,5	55,4	55,1	55,3	54,6
Sul	21,1	22,6	22,9	24,5	24,3	23,4	22,6	23,3	23,3	24,4
Centro-Oeste	5,1	5,1	5,6	5,9	5,7	5,8	6,0	5,8	6,1	5,8
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Elaboração própria.

Em 2019, por exemplo, a indústria de transformação do Sudeste era responsável por 54,6% do VAB da indústria brasileira. A região com maior crescimento foi a região Sul,

que passou de 21,1% para 24,4%; a seguir vem o Nordeste, que passou de 9% em 2010 para 11,4% em 2017, em 2019 houve redução para 10,8%, porém em todo período o crescimento de 1,8 p.p. (Tabela 1).

No período 2010-2019, a participação da indústria no PIB da região Sudeste reduziu 6,5 p.p., passando de 29,1% para 22,6%. No estado paulista, a redução foi de 6,8 p.p.. O estado também detém a menor participação da indústria no PIB estadual, com 20,3%, porém, entre os subsetores industriais, a maior participação, conjuntamente com Minas Gerais, é da indústria de transformação (14,4%), mesmo com retração de 4,1 p.p. (Tabela 2).

**Tabela 2. Participação (%) dos três setores no PIB da região e no PIB estadual. Região Sudeste: 2010 e 2019.**

	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2010	2019	2010	2019	2010	2019
Minas Gerais	5,6	4,6	33,2	27,1	61,2	68,3
Espírito Santo	3,2	3,6	38,6	26,5	58,2	69,8
Rio de Janeiro	0,4	0,5	29,8	25,1	69,8	74,5
São Paulo	2,1	1,7	27,1	20,3	70,8	78,0
Sudeste	2,4	2,0	29,1	22,6	68,5	75,4

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais. Elaboração própria.

Em Minas Gerais a redução da participação industrial foi de 6,1 p.p., porém o estado ainda possuiu a maior participação da indústria no PIB estadual (27,1%), resultado da combinação da maior participação da indústria de transformação (14,4%) com a indústria extrativa e da construção em patamares significativos, 4,5% e 4,8% respectivamente. No Rio de Janeiro, a participação industrial é de 25,1%, diminuição de 4,5 p.p. no período. Mais da metade do PIB industrial (13,1%) está concentrada na indústria extrativa, que cresceu 0,2 p.p. no período, o que evidencia a importância da cadeia produtiva de petróleo e gás para a economia do estado, por outro lado, a participação da indústria de transformação é a menor do Sudeste, com apenas 5,8%.

O setor de serviços aumentou consideravelmente a sua participação no PIB da região, de 68,5% para 75,4%. Em todos os estados do Sudeste, o aumento também foi significativo, evidenciando, conjuntamente com a retração industrial uma mudança expressiva em um curto período. Dentre os segmentos que compõe o setor se destacam, com maior crescimento, atividades imobiliárias (2,1 p.p.), saúde e educação privadas (1,5 p.p.) e comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (1,2 p.p.).

Em São Paulo os segmentos de serviços com crescimento mais expressivo foram: atividade imobiliárias (2,4 p.p.), saúde e educação privadas (1,6 p.p.) e comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (1,4 p.p.), que também detém a posição de maior peso percentual (13,9%) seguido por atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (12,3%). Os demais estados têm como característica comum nos segmentos de serviços o crescimento da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, que em Minas Gerais cresceu 1,8 p.p. e no Rio de Janeiro, 4,7% (Tabela 2).

O resultado dessas transformações econômicas em termos de participação no PIB brasileiro foi a redução de 56,1% para 53% no período de 2010 a 2019. Em todos os estados também houve retração, em São Paulo a participação passou de 33,3% para 31,8%, No Rio de Janeiro a participação reduziu de 11,6% para 10,6, em Minas Gerais de 9% para 8,8% e no Espírito Santo de 2,2% para 1,9% (Tabela 3).

**Tabela 3. Participação (%) da região e de seus estados no PIB nacional.  
Região Sudeste: 2010 a 2019.**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Minas Gerais	9,0	9,1	9,2	9,2	8,9	8,7	8,7	8,8	8,8	8,8
Espírito Santo	2,2	2,4	2,4	2,2	2,2	2,0	1,7	1,7	2,0	1,9
Rio de Janeiro	11,6	11,7	11,9	11,8	11,6	11,0	10,2	10,2	10,8	10,6
São Paulo	33,3	32,8	32,4	32,2	32,2	32,4	32,5	32,2	31,6	31,8
Sudeste	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9	54,0	53,2	52,9	53,1	53,0

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais. Elaboração própria.

As mudanças na estrutura econômica refletem na dinâmica do mercado de trabalho. No período de 2012 a 2020, o emprego na indústria foi reduzido de 16,4% para 14,4%, representando diminuição de 1 milhão de vagas. Em contrapartida, o emprego no setor de serviços cresceu consideravelmente, nos serviços prestados principalmente às empresas a participação passou de 13,6% para 14,9%, em outros serviços a participação passou de 4,6% para 5,5%. A administração pública passou a ter a maior participação passando de 15,7% para 18,2% em 2020, e ultrapassou o comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas que diminuiu de 18,2% para 17,5%.

A maioria dos estados da região Sudeste apresentou comportamento semelhante de queda da participação do emprego na indústria e aumento dos serviços, porém em patamares distintos. Em São Paulo, no ano de 2020, o emprego industrial teve participação de 16,4% (com queda de 2,6 p.p.). No Rio de Janeiro, apenas 10% (queda de 1,9 p.p.). Em

Minas Gerais, 14,1% (diminuição de 1,4 p.p.). No Espírito Santo, o emprego industrial se manteve em relativa estabilidade. Por outro lado, o aumento do emprego no setor de serviços foi comum em todos os estados em diferentes patamares. Os serviços prestados às empresas tiveram as maiores participações em São Paulo (17,4%, aumento de 1,5 p.p.) e no Rio de Janeiro (15,9%, aumento de 0,6 p.p.), e as menores no Espírito Santo (11,1%, aumento de 1,7 p.p.) e em Minas Gerais (9,9%, aumento de 1,5 p.p.).

O emprego na administração pública cresceu em todos os estados, mas no Rio de Janeiro apresentou o maior patamar (23,8%) e maior crescimento (6,3 p.p.), o Espírito Santo vem a seguir com participação de 17,2%, crescimento de 1,8 p.p. em relação ao ano de 2012. Uma diferença relevante entre os estados é no emprego no setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, no Espírito Santo e em Minas Gerais a participação é elevada (15,2% e 12,5%) em 2020, porém ambos apresentaram redução da participação no período analisado, no ano de 2012 a participação era 16,9% e 13,1%, respectivamente.

Importante ressaltar que o cenário do emprego é, em grande parte, influenciado pela recessão de 2015/16, pelas reformas trabalhista de 2017 e previdenciária de 2019, bem como pela pandemia de 2020. Dessa forma, o resultado foi um expressivo aumento na taxa de desocupação em todos os estados. Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram as maiores taxas em 2020 (17,6% e 14,1%) e os aumentos mais expressivos (10 p.p. e 6,8 p.p.). Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram comportamento muito similar no patamar da taxa de desocupação (12,9% e 12,8%) e na variação (5,8 p.p para ambos). Outro fator que mostra a piora do mercado de trabalho no cenário apontado é a taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, em Minas Gerais a taxa foi de 8,6% bem acima dos demais estados (SP: 6,6%, ES: 6,5% e RJ: 5,9%).

O emprego na administração pública cresceu em todos os estados, mas no Rio de Janeiro apresentou o maior patamar (23,8%) e maior crescimento (6,3 p.p.). O Espírito Santo vem a seguir com participação de 17,2%, crescimento de 1,8 p.p. em relação ao ano de 2012. Uma diferença relevante entre os estados é no emprego no setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, no Espírito Santo e em Minas Gerais a participação é elevada (15,2% e 12,5%) em 2020, porém ambos apresentaram redução da participação no período analisado, no ano de 2012 a participação era 16,9% e 13,1%, respectivamente.

A recessão e as mudanças na estrutura produtiva também impactaram a proporção entre as formas de ocupação, o que significaram duas alterações principais na estrutura ocupacional. No total da região Sudeste houve uma queda de 4,4 p.p. no emprego no setor privado com carteira assinada, que ainda possui a maior participação entre as ocupações (42,5% em 2020). A segunda alteração relevante é o aumento de 5,1 p.p. da ocupação por

conta própria, que alcança 23,6% do total. As demais ocupações apresentaram apenas variações igual ou menores a 1,0 p.p. nesse período.

A informalidade na região Sudeste, seguindo os critérios o IBGE,<sup>3</sup> alcançou o patamar de 32,2% no ano de 2020. Entre os estados, no Espírito Santo é observado o maior patamar (38,7%), a seguir Minas Gerais 37%, Rio de Janeiro, 34,4%, apenas São Paulo ficou abaixo da média do setor (28,7%) (Tabela 4).

**Tabela 4. Trabalhadores em ocupações informais. Região Sudeste: 2020.**

	Trabalhador doméstico sem carteira	Empregado setor privado sem carteira	Empregador sem registro no CNPJ	Conta própria sem CNPJ	Auxiliar familiar	Total Ocupados informais	Taxa de informalidade
Minas Gerais	419.130	1.088.930	83.448	1.669.409	234.625	9.456.295	37,0%
Espírito Santo	62.304	205.954	15.239	346.627	73.907	1.818.332	38,7%
Rio de Janeiro	268.403	600.019	31.981	1.430.019	18.113	6.831.082	34,4%
São Paulo	720.602	2.177.766	94.626	2.866.597	148.969	20.944.410	28,7%
Sudeste	1.470.439	4.072.669	225.293	6.312.651	475.613	39.050.119	32,2%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Nota: pessoas de 14 anos ou mais de idade.

O rendimento real médio na região é superior à média brasileira. No quarto trimestre de 2020, os valores foram R\$ 3.229 e R\$ 2.818, respectivamente. As diferenças entre os estados são significativas. Em Minas Gerais e no Espírito Santo, a remuneração é menor do que a média nacional e do Sudeste, R\$ 2.401 e R\$ 2.561, respectivamente. Já no Rio de Janeiro e em São Paulo, a remuneração é maior do que a média brasileira e da região Sudeste, R\$ 3.549 e R\$ 3.553, respectivamente.

## 2.4. Região Sul

A região Sul do Brasil é a menor em extensão territorial, porém, é a terceira mais populosa do país. Historicamente, sua inserção na divisão inter-regional do trabalho no Brasil foi como fornecedora de gêneros alimentícios para as demais regiões, sendo a indústria regional baseada em setores tradicionais como têxtil, couro e alimentícia, e ligadas ao setor extrativo (madeira, erva-mate, carvão). Até a primeira metade do século XX, é uma indústria defasada tecnologicamente, mantendo-se complementar à economia paulista (Silva, 2019).

<sup>3</sup> Empregado no setor privado sem carteira assinada, empregado doméstico sem carteira assinada, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

As mudanças estruturais mais importantes na região são observadas a partir do avanço do processo de substituição de importações. Neste período, a criação de bancos de fomento como o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e a ampliação da infraestrutura da região, no bojo dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento, permitiram a diversificação do seu parque industrial, com a inclusão de setores mais dinâmicos como material de transporte, químico e metalmeccânico, além da instalação de grandes complexos agroindustriais (Rizzi & Germer, 1993, Silva, 2019).

O avanço da industrialização regional se refletiu na participação crescente da região no PIB industrial do país. Entre 1970 e 1985 a região emerge como a segunda mais industrializada com cerca de 15% do PIB industrial do Brasil. Este status também irá lhe conferir indicadores sociais acima da média do país, visto que a região tem registrado, há muitas décadas, participação no PIB nacional (17,2% em 2020) superior à sua representação demográfica (14,3% em 2020), segundo o IBGE.

Com a emergência das políticas neoliberais a partir dos anos 1990, há uma redução do protagonismo nacional e regional da indústria na composição do PIB e do emprego. Não obstante, a participação da região no PIB industrial do Brasil aumentar de 22,9% em 2012 para 24,4% em 2019, a participação da indústria no PIB dos estados da região teve comportamentos dissonantes. A queda de participação da indústria no PIB do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina no período (2,4 p.p. e 3,1 p.p. respectivamente) foi parcialmente compensada pelo aumento de 1,7 p.p. no Paraná (IBGE, Sistema de Contas Regionais).

Este quadro pode ser explicado pela industrialização relativamente tardia do Paraná, o que significou uma maior “proteção” aos impactos da reestruturação produtiva e da abertura comercial, ao passo que, tanto a indústria gaúcha quanto a catarinense sofreram mais com a concorrência global, o que impactou fortemente sobre os subsetores têxtil e de vestuário, assim como sobre os subsetores cerâmico catarinense e couro/calçado gaúcho.

Em que pese o processo de desindustrialização da região observado no período mais recente, este pode ser caracterizado como “progressivo e positivo”, de acordo com Silva (2019), visto que apesar das perdas de participação da indústria de transformação no emprego e na produção regional, apresentam desconcentração da produção entre os estados da região e concomitante aumento da participação em nível nacional.

Estas transformações na estrutura produtiva da região tiveram reflexos no seu comércio exterior. No Rio Grande Sul, fica mais evidente o processo de reprimarização da pauta de exportação. Enquanto a participação de produtos agropecuários se amplia entre 2012 e 2020 (15,8% para 25,3%), a de produtos da indústria da transformação diminui de 82,1% do total exportado em 2012, para 74% do total em 2020. No Paraná, da mesma forma, os

produtos agropecuários passam de 26,5% em 2012 para 31,3% em 2020. Em contrapartida, os produtos industriais recuam sua participação de 71,3% em 2012 para 68,4% do total exportado em 2020, de acordo com dados publicados no sistema Comex Stat do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Em menor medida, Santa Catarina apresenta uma tendência semelhante, com crescimento da participação dos produtos agropecuários de 4,7% em 2012 para 9,4% em 2020. Contudo, os produtos industriais predominam na pauta, apesar de terem reduzido sua participação de 94,2% em 2012 para 89,7% em 2020 (ver Comex Stat).

Importante ressaltar que os estados da região Sul ficam apenas atrás de São Paulo, no ranking de estados exportadores de produtos manufaturados. Além disso, a região Sul detinha em 2020 pouco mais de 28% dos estabelecimentos industriais do país, apenas atrás de São Paulo e Minas Gerais. Estes dados mostram nitidamente como a atividade industrial permanece concentrada nas regiões Sudeste e Sul do país, apesar do movimento de desindustrialização ter afetado mais essas duas regiões, conforme mostra o *Perfil da Indústria nos Estados* da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em grande medida, os governos estaduais alinhados com pautas neoliberais, a partir dos anos 1990, aprofundam transformações da abertura comercial e ampliam desigualdades sociais e econômicas entre mesorregiões unidades federativas, reforçando a especialização produtiva e a concentração geográfica da produção. Assim, o desenvolvimento da região não é homogêneo, pois há parcelas do território que se integram aos núcleos dinâmicos da economia nacional/regional e internacional, como os polos industriais na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), no Vale do Itajaí e no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

A composição do emprego por setor de atividade varia um pouco entre os estados da região. No estado de Santa Catarina, enquanto a Agropecuária detém pouco mais de 10% das ocupações; outros três setores concentram, em 2020, mais da metade dos empregos: a indústria de transformação (22,4%), comércio e reparação (17,4%) e administração pública (15%). Diferentemente, no Paraná e no Rio Grande do Sul o percentual do emprego na Indústria é um pouco menor (15,2 e 13,5% respectivamente), ao passo que Administração Pública (17,4% e 18,3%) e Comércio e reparação (20,3% e 18,5%) têm participações maiores nestes estados, bem como a Agropecuária no Rio Grande do Sul (12,3%).

As mudanças na estrutura demográfica são um fenômeno que afeta todo o país, entretanto, apresenta-se de forma diferente entre as regiões do país. Santa Catarina é o único estado da região Sul que apresenta saldos migratórios (internos) positivos entre 2012 e 2020, de acordo com as projeções do IBGE. Além disso, o processo de transição demográfica que se reflete na redução do percentual da população jovem, bem como no aumento da proporção de idosos no total da população ocorre mais intensamente no Sul e no Sudeste (IBGE, 2018).

Por outro lado, os dados trazidos pela PNAD Contínua indicam uma redução do aproveitamento produtivo da população em idade ativa, cujo percentual de ocupados é de pouco mais de 60% em Santa Catarina, 57,3% no Paraná e 56,4% no Rio Grande do Sul. Ou seja, o baixo dinamismo da economia brasileira a partir de 2014 e a piora das condições no mercado de trabalho fizeram com que o país não aproveitasse a mudança na composição da população em idade ativa (PIA), desperdiçando o chamado “bônus demográfico”.

A dinâmica do mercado de trabalho no período 2012-2020 reflete o ciclo declinante de crescimento a partir de 2014, o que se soma às mudanças provocadas pela Reforma Trabalhista de 2017 e pela crise econômico-sanitária de 2020 motivada pela pandemia da Covid-19. O resultado é que, ao longo desse período, cresceu a subutilização da força de trabalho, medida pela taxa combinada de desemprego e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, notadamente a partir do 4º trimestre de 2014, chegando a 20,9% no Brasil e 12,9% na região Sul, em 2020.

Em Santa Catarina, ela sai de 4,7% da população de 14 anos ou mais, em 2012, para 7,5% em 2020. Por outro lado, os níveis de subutilização registrados entre 2012 e 2020 são ainda mais elevados no Paraná (9,1% e 14,9%) e no Rio Grande do Sul (9,3% e 14,34%) no mesmo período.

Esta deterioração do mercado de trabalho também pode ser observada através dos dados de emprego por posição na ocupação ao longo do mesmo período. A partir de 2015, são registradas reduções no emprego com carteira assinada, com simultânea ampliação do emprego sem carteira e por conta própria.

Entre 2018 e 2020, as condições do mercado de trabalho tornam-se ainda mais desfavoráveis em toda a região, com quedas no percentual de ocupados com carteira e ampliação dos trabalhadores por conta própria, uma vez que até o trabalho sem carteira assinada se retrai em toda a região. Estes dados reforçam o que diversas pesquisas mostraram durante a pandemia no país, ou seja, uma forte retração do emprego e a busca de estratégias de sobrevivência por parte da população.

Esse panorama é verificado também entre os trabalhadores com elevada escolaridade formal (15 ou mais anos de estudo). Em todos os estados da região, aumenta o percentual destes trabalhadores na informalidade, porém, em maior proporção no Paraná (19,8% para 24,3%) e no Rio Grande do Sul (19,7% para 24,6%). Em Santa Catarina o aumento foi menor (18,4% para 20,8%), mas consistente com a mesma tendência geral. Porém, apesar de revelar alguma fragilidade na sua inserção, os ocupados com 15 ou mais anos de escolaridade estão menos na informalidade que a média dos trabalhadores nos mesmos estados em 2020 (PR: 39,8%; RS: 38,8%; SC: 33,3%).

Considerando o rendimento médio real de todos os trabalhos no Brasil e na região Sul, verifica-se que, a despeito de serem tendencialmente maiores no Sul, a diferença diminuiu de 10,5% para 8,8%, entre 2012 e 2020, reflexo adicional do baixo dinamismo do mercado de trabalho no período.

Conforme visto anteriormente, a dinâmica nacional de retração das atividades industriais também é observada na região, mas de forma distinta entre os estados da região. A indústria paranaense é a que menos sofre com a abertura e a reestruturação produtiva, garantindo certa estabilidade na proporção do PIB estadual.

Ao mesmo tempo, a dinâmica da economia da região é muito atrelada ao contexto nacional, bem como, dependente, das condições do câmbio e da demanda por seus produtos de exportação nos mercados internacionais de commodities. O Rio Grande do Sul, o maior exportador da região, foi o que mais perdeu protagonismo econômico com a regressão do setor industrial.

Na contramão, Santa Catarina é aquele com maior proporção da indústria de transformação no Valor Adicionado Bruto (19,6%), acima da média regional (17%), sendo o que menos recuou no emprego formal na maioria dos segmentos industriais, superando a tendência geral da própria região.

Por fim, é importante ressaltar que a indústria regional não se destaca por empresas com grande conteúdo tecnológico, revelando baixo potencial de competitividade no mercado internacional, mesmo que demonstre relativa superioridade competitiva em relação às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que se reflete de forma muito clara nos indicadores sobre mercado de trabalho.

## 2.5. Região Norte

É preciso reconhecer que a mundialização do capital ora posta representa um estágio qualitativo no desenvolvimento capitalista. A fragmentação social, a descentralização, a integração regional funcional e a distribuição da produção são elementos que caracterizam este novo mercado e seus circuitos de acumulação global.

As frações capitalistas nacionais e locais, assim como aquela que representa a fração hegemônica, a classe capitalista transnacional, têm pressionado um conjunto diverso de instituições políticas, a fim de institucionalizar as forças e as relações das classes ligadas à globalização capitalista. Esse conjunto de questões refletem um realinhamento com o centro dinâmico global, comprometendo decisivamente a soberania nacional.

Os padrões regionais de acumulação instituídos na região norte do Brasil, cobertos pelo bioma amazônico e pelo cerrado, têm sido integrados aos circuitos globalizados por meio da expansão da fronteira agrícola e o neoextrativismo em territórios como a Amazônia Legal e MATOPIBA, mas não sem expressar impactos, conflitos e destruições, resultado de processos cumulativos de controle das terras pelas elites econômicas e violências no campo. Um desenvolvimento capitalista desigual e combinado cuja somatória de elementos históricos e modernizantes realizam, na atual conjuntura, uma subordinação ainda mais potencializada comandada pela Classe Capitalista Transnacional (CCT) e por um estado ativista que cada vez mais reforma e flexibiliza leis a fim de atender esses interesses.

A sociabilidade capitalista e o papel corretivo e retificador do Estado traçaram na região um quadro heterogêneo e complexo do mundo do trabalho. Os processos históricos e a rede de contradições surgentes e estruturantes do todo social também nos oferecem condições para compreender o cenário atual do mercado de trabalho nesta região e suas dinâmicas, fruto da nova composição orgânica do capital transnacional. Investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e o desenvolvimento de novas técnicas de produção (Agricultura 4.0) colaboram para um rápido crescimento do capital sob a forma dos meios de produção: aumento do capital constante e declínio do capital variável, onde se encontra a força de trabalho.

Nesta região fica cada vez mais evidente a dependência do modelo primário exportador que, através de uma governança neoliberal, pressiona o regime legal sobre as questões ambientais, sobre demarcação de terras indígenas e sobre o uso de agrotóxicos, por exemplo. Na cadeia de valor do agro também avança a terceirização, o predomínio do setor de serviços nas mais diversas modalidades de contratação de trabalho, como por exemplo a "pejotização" e o MEI (Microempreendedor Individual), um tipo de "empreendedorismo precarizado". A informalidade é a tendência geral que torna as forças do trabalho fragmentárias e dispersas cujo mundo produtivo contemporâneo tem sido um grande laboratório da corrosão do trabalho contratado e regulamentado. Na era digital e na agricultura 4.0, a Divisão Internacional do Trabalho estabelece novas divisões sociais e relações de classe.

A reestruturação produtiva permanente, resultado dos investimentos e avanços na área computacional-digital-informacional, potencializou novas divisões sociais e a reprodução social, reposicionando a classe dominante por meio de um novo regime de expropriação capitalista com investimentos transnacionais que se refletiu diretamente em países cuja integração subordinada é marca histórica, como é o caso daqueles que integram a América Latina e o Caribe. As relações de classe estabelecidas internacionalmente e nacionalmente polarizaram e precarizaram o mercado de trabalho consolidando estratégias de superexploração pela condição heterogênea e flexível do emprego e do mundo produtivo. A

precarização do trabalho pode ser entendida também como um processo de subproletarização, dada sua condição estrutural.

Em que pese toda a problemática da desindustrialização e da reprimarização da economia brasileira e a dinâmica emergente do agronegócio e do neoextrativismo, é preciso considerar as mudanças e desestabilidades dos regimes de trabalho e a reconfiguração das economias rurais para um panorama mais completo e centrado nas particularidades da região norte do Brasil e dos setores e tendências que tem prevalecido neste território.

A região Norte do Brasil é composta por sete unidades federativas (Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins) e faz fronteira internacional com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (Pan-Amazônia). No plano doméstico, faz fronteira com Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Embora as fronteiras físicas sejam fundamentais para demarcar territórios, a expansão da agricultura, da pecuária e do neoextrativismo têm demonstrado que, para além delas, novas zonas produtivas e novos espaços produtivos globais têm se formado e forjado Zonas Especiais de Intensa Acumulação (ZEIA), o que compõe a especialização produtiva no campo que, associado ao rentismo, forma o atual modelo agrário exportador. Podemos também mencionar a Amazônia Legal que é uma definição política para esta região e que abrange também parte do estado do Mato Grosso e Maranhão. A globalização da produção tem produzido padrões regionais de acumulação que completa e impulsiona circuitos globais. A Amazônia Legal e o MATOPIBA têm cumprido esta função territorial.

De acordo com atualização feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2021, cujos resultados estão disponíveis na publicação "Limites da Amazônia Legal", a Amazônia Legal é uma área que corresponde a 58,93% do território nacional, formada por nove Estados e 772 municípios. Neste território residem 56% da população indígena brasileira. É composta por duas importantes bacias hidrográficas: a Amazônica e a do Tocantins-Araguaia.

De acordo com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a região possui também a maior biodiversidade do planeta, com uma extensa flora e fauna. Para além dessa diversidade e dos seus biomas, o que precisamos aqui destacar são as populações que vivem sobre este território, existindo disparidades entre os estados em termos de concentração da população. De forma mais sucinta, a densidade demográfica de todos os estados da Região Norte é pequena e a maioria concentra-se nos centros urbanos. Há uma particularidade interessante sobre a concentração de pessoas às margens dos rios, especialmente em seis cidades: Manaus, Belém, Porto Velho, Santarém, Marabá e Altamira.

Estes precisam ser compreendidos como território funcional e que cumpre um rol de tarefas tornando-se espaço especializado em um circuito produtivo (Moore, 2015). Certamente, as multiescalas que definem os territórios da Amazônia Legal e do MATOPIBA são reflexos dessas novas dinâmicas territoriais e produtivas que atendem ao expansionismo do agronegócio, aos elos que compõem a sua cadeia de valor e que exercem predomínio na economia por meio da produção e exportação de commodities. Os circuitos produtivos socioterritorializados são expressões de uma diversidade de modalidades de trabalho. Nesse sentido, percebemos as tendências do mercado e da flutuação da força de trabalho para os setores que compõem a cadeia de valor na região Norte. Além disso, parcela da população excedente e subutilizada corre o risco de ser superexplorada na forma de escravidão contemporânea (Suzuki & Plassat, 2020).

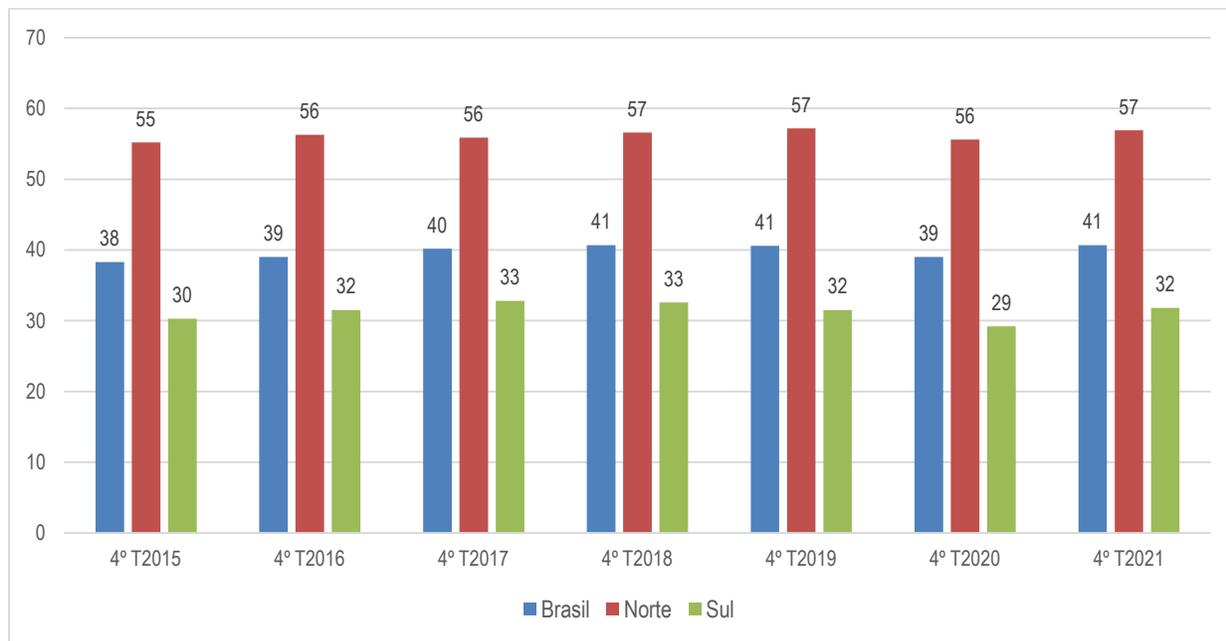
De acordo com o IBGE, atualmente a população dessa região é composta por 15,9 milhões de habitantes, o que corresponde a 8% da população brasileira, sendo seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,683. A população da região Norte segundo a cor/raça está dividida em pardos (69,2%), brancos (23,9%), pretos (6,2%), índios e amarelos (0,7%) – descendente de indígenas, portugueses e de migrantes oriundos de outras regiões brasileiras, principalmente do Sudeste e do Sul. A região é habitada por comunidades indígenas, caboclas, extrativistas, negras e remanescentes de quilombos. A insustentabilidade, a destruição e a violação de direitos humanos também têm sido marca da expansão da fronteira agrícola sobre a Amazônia Legal, particularmente sobre o cerrado.

A região é reconhecida pelo extrativismo mineral e vegetal, destacando especialmente a exploração de minério de ferro, ouro e cobre na Serra dos Carajás, no estado do Pará, e a exploração de manganês na Serra do Navio, no estado do Amapá. Em Manaus, a Zona Franca continua exercendo papel importante. Não à toa, este também é historicamente cenário de intensas lutas sociais. Entretanto, tem sido rápido o processo de expansão da fronteira agrícola da soja e do neoeextrativismo, o que tem determinando um novo modo de produção denominado de agricultura 4.0, que reintroduz uma nova subordinação à lógica de dominação socioterritorial do capital, promovendo desigualdades no acesso à terra, águas e territórios, além de tantas outras violências que podem ser reconhecidas na reprodução social e nas dimensões de gênero, raça e classe, expressões do antagonismo irreduzível do sistema do capital, um “neocolonialismo à espreita” como já tratado por Pochmann (2021).

O quadro analítico sobre o mercado de trabalho da região Norte do Brasil, baseado na metodologia multiescalar que considera a Amazônia Legal e o MATOPIBA como territórios produtivos do capital transnacional e cuja análise ajuda a compreender os elementos particulares que colaboram com estruturação do mercado de trabalho na região.

As atualizações desses processos de exploração na região também precisam ser reconhecidas como fatores que colaboram com o processo de reprimarização da economia brasileira, especialmente no que diz respeito à produção de *hard* e *soft commodities* e ao vigor das corporações agroalimentares transnacionais que têm moldado o contexto mais amplo da política de alimentação global.

**Gráfico 8. Taxa de informalidade (%). Brasil e regiões selecionadas: 2015 a 2021 (4º trimestre).**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração própria.

Chama atenção na região Norte o volume de atividades fora do radar da regulação do trabalho, submetendo a classe trabalhadora a condições precárias e elevado nível de insegurança. Contrastando com a região Sul que exibe a menor taxa de informalidade, a região Norte revela taxa de informalidade até 78% superior à região Sul (Gráfico 8). Vale lembrar que as ocupações com carteira assinada apresentam rendimentos superiores às ocupações vinculadas à informalidade, o que se agrava com o descumprimento da legislação trabalhista no que tange à jornada de trabalho e outros aspectos da proteção social e trabalhista.

As corporações transnacionais, com o apoio da representação parlamentar do agronegócio e da mineração, têm conseguido elevar o nível de exploração da força de trabalho na América Latina sem oposição organizada, aproveitando da fragilidade de fiscalização nas regiões periféricas, a exemplo da região Norte cuja taxa de informalidade revela-se a mais elevada do país para qualquer período da série histórica, oscilando entre 55% e 58% (IBGE,

PNADC trimestral). A agropecuária e o neoextrativismo, para além dos impactos ambientais, acentuam os conflitos socioterritoriais, com implicações diretas sobre o mundo do trabalho e as condições de subsistência. A agropecuária, por sua vez, é o setor com a terceira maior concentração de força de trabalho da região Norte, registrando variação de 16,4% a 18,8% no período 2012-2019, ficando atrás apenas de administração pública e comércio, o que reflete a expansão da fronteira agrícola, ao tempo que aprofunda a precarização do trabalho.

Dentre as regiões que compõem o país, a região Norte é a que possui a maior taxa de informalidade (55,4%), seguida da região Nordeste (52,2%) e acima da média nacional que (39,4%). O estado do Pará, por sua vez, aparece com a maior taxa de informalidade do país (60,5%), seguido do Maranhão com (59,1%) e do Amazonas (57,1%).

Seguindo um padrão nacional, na região Norte a agropecuária ocupar o 3º lugar na acomodação da população ocupada e representa o segundo pior rendimento do trabalho, com rendimento médio mensal de R\$1.340,00. A indústria geral, por sua vez, ocupa o 4º lugar na acomodação da população ocupada e 3º lugar no rendimento médio mensal (R\$ 1.791,00).

A taxa de desocupação da Região Norte, pelos registros do IBGE (PNADC trimestral), revela-se quase sempre acima da média nacional, assumindo a segunda ou terceira entre as cinco regiões. A líder em desocupação, para qualquer período, é a região Nordeste. Desde 2016, a taxa composta de subutilização da força de trabalho na região Norte tem ficado acima de 20%, assumindo sempre a segunda posição e ficando acima da média nacional. Este indicador corresponde à soma de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, desocupados e força de trabalho potencial dividida pelo total da força de trabalho ampliada.<sup>4</sup>

Pelos dados do IBGE, a representação demográfica da região Norte cresceu 47% no período 2002-2020, passando de 5,8% para 8,7%, ao tempo em que sua participação no PIB nacional aumentou apenas 34%, passando de 4,7% a 6,3%. Isso significa rebaixamento do PIB per capita, o que se explica pela recomposição do PIB da região, no mesmo período. De 2002 a 2020, o setor que mais cresceu na composição do PIB foi a indústria extrativa (357%), enquanto a indústria de transformação recuou 34%.

A partir dos investimentos de incentivo à ampliação do número de matrículas no ensino superior em todo o território nacional, a percentual de trabalhadores do setor privado com carteira com mais de 15 anos de estudo dobrou entre 2012 e 2020, passando de 8% para 16,5%, após já ter alcançado expressivo avanço entre 2003 e 2011. Na outra ponta, trabalhadores do mesmo setor sem instrução ou com até 4 anos de estudo caiu de 8,5% para 3,3%. Apesar de estar abaixo da média nacional, é fato que a região Norte aproveitou bem os bons ventos da expansão do gasto social. É possível até que, assim como na região Centro-

---

<sup>4</sup> Ver Nota Técnica 02/2016 do IBGE sobre as medidas de subutilização da força de trabalho.

Oeste, a expansão da participação demográfica da região seja derivada do crescimento econômico em algumas unidades federativas, puxado pelo agronegócio e pela mineração.

A evolução do grau de escolaridade da população ocupada não reposicionou a região no que se refere ao rendimento médio do trabalho por duas razões: todas as regiões avançaram na educação e a condição de região periférica subordinada ao centro dinâmico da economia nacional manteve as regiões Norte e Nordeste na mesma posição na divisão regional do trabalho. Em outras palavras, são grandes consumidores dos manufaturados e exportadores de matéria-prima, o que resulta em relativa desvantagem comercial em relação ao centro dinâmico da economia nacional.

A lógica de acumulação capitalista adotada pelo agronegócio e pelo neoextrativismo tem guiado decisões políticas nas três esferas de governo e comprometido as condições de sobrevivência de comunidades nativas e daqueles que dependem da venda da força de trabalho em condições aviltantes na região. O sucesso dos exploradores assenta-se sobre o fracasso político dos explorados.

## Conclusão

Conforme tratado nas páginas anteriores, o reposicionamento do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho foi acompanhado pelo deslocamento da condição de economia industrializada, complexa, integrada e articulada que vigorava até os anos de 1980. O avanço da especialização produtiva ancorada na associação do rentismo financeiro com o modelo primário-exportador, nesse primeiro quarto do século XXI, repercutiu profunda e amplamente na situação nacional do trabalho.

O esvaziamento do eixo econômico assentado no mercado interno foi sucedido pela integração financeirizada nas cadeias globais de produção através da oferta majoritária de *commodities*. O Brasil tem perdido posição até mesmo entre os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e nesse reposicionamento, a divisão regional do trabalho torna-se ainda mais evidente, posto que os estados periféricos – inseridos no sistema de integração nacional como consumidores dos manufaturados ofertados pelo centro dinâmico da economia nacional – agora são também importadores de bens produzidos em outras nações.

O resultado é que, nessa nova configuração do mercado nacional sob o comando do capitalismo 4.0, o excedente de mão de obra nos estados periféricos tem sido maior que o número da população ocupada com remuneração. Em Alagoas, para qualquer trimestre da série 2012-2022, o número de pessoas fora da força de trabalho é maior que o número de pessoas ocupadas, ultrapassando 54% da PIA no 2º trimestre/2018 (1,45 milhão de pessoas

de 14 anos ou mais fora da força de trabalho e 941 mil pessoas ocupadas, incluindo empregadores e auxiliar familiar sem remuneração), segundo dados do IBGE (PNADC trimestral).

Na região Nordeste, o percentual da população de 14 anos ou mais fora da força de trabalho, desde o 3º trim./2016, tem representado mais de 90% da população ocupada. Na região Sul, por sua vez, essa relação tem ficado entre 53% e 57%, reafirmando o abismo que separa o país em dois mundos polarizados e marcados por desigualdades que são reproduzidas dentro de cada região. Cuidar do Brasil requer que se compreenda essas singularidades e os problemas estruturais a serem superados.

## Referências

Cano, W. (1998). *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995*. Instituto de Economia da Unicamp.

Cano, W. (2007). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Instituto de Economia da Unicamp.

Funari, A. P. (2009). Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005. *Economia e Sociedade*, 18(2), 429-432.  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642764>

Guimarães Neto, L. (1989). *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Editora Massangana; Fundação Joaquim Nabuco.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). Medidas de subutilização da força de trabalho. [Nota Técnica 02/2016], PNAD Contínua.  
[https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Nota\\_Tecnica/Nota\\_Tecnica\\_022016.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018). Projeções da população do Brasil e Unidades da Federação: Indicadores implícitos.  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>

Moore, J. W. (2020). *El capitalismo en la trama de la vida: Ecología y acumulación de capital*. Ed. Traficantes de Sueños.

Pereira, W. M., & Cario, S. A. F. (2018). Desindustrialização e mudança estrutural na Região Sudeste: Um estudo comparado. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 12(22), 173-204. <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/256>

Pochmann, M. (2015). *Desigualdade econômica no Brasil*. Editora Ideias & Letras.

Pochmann, M. (2021). *O neocolonialismo à espreita: Mudanças estruturais na sociedade brasileira*. Edições Sesc São Paulo.

Rizzi, A. T., & Germer, C. M. (1993). Região Sul: Inserção nacional frente ao Mercosul – mudança estrutural e perspectivas. *Indicadores Econômicos FEE*, 20(4), 149–164. <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/752/1006>

Sampaio, D. P., & Etulain, C. R. (2021). Desindustrialização em São Paulo até o início do século XXI. *H-Industria*, (28), 123–144. <https://ojs.econ.uba.ar/index.php/H-ind/article/view/2102>

Silva, J. A. (2017). A desindustrialização da Região Sudeste. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, 39(3), 305–315. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/35714/pdf>

Silva, J. A. (2019). A desindustrialização na região Sul. *Cadernos MetrÓpole*, 21(45), 531–550. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4508>

Suzuki, N., & Plassat, X. (2020). O perfil dos sobreviventes. In L. Sakamoto (Org.), *Escravidão contemporânea* (cap. 5). Contexto.

## Fontes de informação

Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Comex Stat. <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>

Confederação Nacional da Indústria (CNI). Perfil da Indústria nos Estados. <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema de Contas Regionais. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Anual de Serviços. Tabela 2715: Dados regionalizados do segmento empresarial não-financeiro, segundo as grandes regiões, as unidades da federação e as atividades – CNAE 2.0. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2715>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: divulgação trimestral. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>

Recebido em 02 de fevereiro de 2023.

Aprovado em 10 de março de 2023.